



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

FACULDADE DE DIREITO

COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO

ANDREZZA MUNIZ BARRETO FONTOURA

**A EFICÁCIA DO SISTEMA DE SOLUÇÃO DE
CONTROVÉRSIAS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO
COMÉRCIO SOB A PERSPECTIVA BRASILEIRA**

BRASÍLIA

2014

Andrezza Muniz Barreto Fontoura

**A eficácia do Sistema de Solução de Controvérsias da
Organização Mundial do Comércio sob a perspectiva brasileira**

Monografia apresentada a Faculdade de
Direito da Universidade de Brasília
(UnB) como requisito à obtenção do
título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.^a Dra. Inez Lopes
Matos Carneiro de Farias

Brasília

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDREZZA MUNIZ BARRETO FONTOURA

A eficácia do Sistema de Solução de Controvérsia da Organização Mundial do Comércio sob a perspectiva brasileira

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel perante a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Inez Lopes Matos Carneiro de Farias, doutora pela
Universidade de São Paulo

Professora Orientadora

Renata Vargas Amaral, doutora pela Universidade
Federal de Santa Catarina e pela Universidade de
Maastricht

Membro da banca examinadora

Gilvan Damiani Brogini, mestre pela Universidade
de São Paulo

Membro da banca examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar forças para superar cada obstáculo enfrentado nestes seis anos de faculdade.

Agradeço imensamente aos meus pais, Fontoura e Cleyde, pelo amor incondicional e pelo incansável apoio durante toda a minha trajetória acadêmica. Agradeço as minhas irmãs, Caroline e Vivianne, que sempre estiveram ao meu lado. Família, vocês são a minha maior motivação. Sem dúvida alguma, esta conquista também é de vocês!

Aos meus avós, por sempre acreditarem em mim.

Quero agradecer, em particular, à Professora Inez Lopes Matos Carneiro de Farias, que prontamente aceitou me orientar neste projeto. Muito obrigada por sua dedicação, atenção e pelos ensinamentos compartilhados.

Sou muito grata também à Renata Amaral e ao Gilvan Brogini pela compreensão, paciência e orientação durante este longo processo de elaboração da monografia, principalmente nas horas de desespero. Não foi fácil, mas o apoio de vocês foi fundamental!

Não posso deixar de agradecer aos amigos que tive o prazer de conviver durante as incansáveis rotinas da UnB. Àqueles que estiveram comigo não apenas em momentos de alegria, mas também de dificuldade. Em especial às minhas amigas Amanda, Gabriela e Mana.

Enfim, obrigada a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho fosse possível.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a eficácia do Sistema de Solução de Controvérsias (SSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), sob uma perspectiva brasileira, no processo de aperfeiçoamento do sistema multilateral de comércio. Em primeiro lugar, é feita uma análise sobre o processo histórico que levou à formação da OMC. São examinados também sua atual estrutura organizacional e seus Membros. Em seguida, dá-se maior ênfase ao sistema de solução de controvérsias e aos procedimentos para a resolução de disputas comerciais. Aborda-se, ainda, sobre a efetividade do SSC no tocante ao acesso à justiça, juntamente com um levantamento de dados referentes à participação dos países no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). Por fim, é realizada uma análise do contencioso do algodão, um dos casos mais emblemáticos do Brasil no âmbito da OMC.

Palavras-chaves: Organização Mundial do Comércio (OMC). Sistema de Solução de Controvérsias (SSC). Sistema Multilateral do Comércio. Eficácia. Contenciosos.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the effectiveness of the World Trade Organization's Dispute Settlement System (WTO-DSS), under the Brazilian perspective, in the process of improving the multilateral trading system. First, an analysis about the historical process that resulted into the formation of the WTO is performed. Its current organizational framework and its Members are also focal points of such examination. Hereupon it is given greater emphasis on the dispute settlement system and on the trade dispute resolution procedures. It also addresses the effectiveness of the DSS regarding the access to justice, along with a data collection relating to the participation of countries in the Dispute Settlement Body (DSB). Finally, it is carried out an analysis of the cotton dispute, one of the most emblematic cases of Brazil in the WTO.

Key words: World Trade Organization (WTO). Dispute Settlement System (DSS). Multilateral Trading System. Effectiveness. Litigation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Rodadas de Negociação

Figura 1 – Organograma da OMC

Figura 2 – Fases do procedimento de solução de controvérsias da OMC

Figura 3 – Órgão de Solução de Controvérsias da OMC: 1995 – 2014

Figura 4 – Demandantes perante o OSC - % de participação

Figura 5 – Demandados perante o OSC - % de participação

Figura 6 – Acordos questionados nos contenciosos da OMC

Figura 7 – Mapa de disputas entre o Brasil e outros Membros da OMC

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO	14
1.1 Origem.....	14
1.1.1 GATT 1947	14
1.1.2 Rodada Uruguai	18
1.2 A Organização de 1995	20
1.2.1 Papel da OMC	21
1.2.2 Estrutura Institucional	23
1.2.3 Membros	28
CAPÍTULO 2 – SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC	30
2.1 Do GATT à OMC	30
2.1.1 Solução de Controvérsias durante o GATT 1947	30
2.1.2 Evolução do sistema de solução de disputas: necessidade de regras mais previsíveis	36
2.1.3 Etapas do processo de Solução de Controvérsias na OMC.....	42
CAPÍTULO 3 – EFETIVIDADE DOS CONTENCIOSOS NA OMC	50
3.1 Avaliação da efetividade do sistema de solução de controvérsias.....	50
3.2 Breve análise da utilização do Mecanismo pelos Membros	53
3.3 Análise do “caso do algodão”	61
3.3.1 O contencioso: 12 anos de disputa	61
CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIAS	67
ANEXO A	72
ANEXO B.....	73
ANEXO C	76

INTRODUÇÃO

O comércio internacional integra grande parte da história da humanidade. A presença do comércio no processo de criação de riquezas, bem como sua importância econômica, social e política intensificaram-se nos últimos tempos. Consequentemente, as regras do comércio internacional sofreram diversas variações ao longo de sua evolução.

Após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional percebeu a necessidade da “criação de uma estrutura política que pudesse garantir a paz, e de uma estrutura econômica que pudesse evitar a instabilidade¹”. Neste contexto, foi criada em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU), instituição mais adequada que a fracassada Liga das Nações, para manter a paz mundial e promover a cooperação entre os países na busca de soluções dos problemas internacionais.

No âmbito econômico, representantes das potências ocidentais discutiram, durante a Conferência de Bretton Woods, sobre a regulamentação do sistema multilateral de comércio e a constituição de estruturas regulatórias da economia internacional. Essa reunião sucedeu ao interesse de se criar três organizações internacionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e a Organização Internacional do Comércio (OIC).

Ao contrário do FMI e do Banco Mundial, a OIC não chegou a entrar em vigor. Fato que se justifica principalmente em razão da recusa do Congresso dos Estados Unidos em aprovar a criação da instituição, temendo que a autonomia norte-americana na defesa de seus interesses fosse refreada. Por consequência, houve o desinteresse de outros signatários que previam a ineficiência de uma organização para regulamentar o comércio devido à ausência da principal potência à época.

Diante disso, foi aprovado o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT²) – um aglomerado de regras voltado para a redução de tarifas alfandegárias no comércio internacional –, cujos pilares consistem na cláusula da nação mais favorecida e no princípio do tratamento nacional. O GATT, que entrou em vigor em 1948, era uma estrutura jurídica provisória, mas que acabou funcionando como uma organização internacional improvisada,

¹BARRAL, 2007, p.26.

² Pelo GATT, os Estados signatários – denominados de Partes Contratantes, pois tecnicamente não havia uma organização da qual fossem “membros” – comprometiam-se a aplicar um nível máximo a cada tarifa que fosse negociada, produto a produto; esta seria a “tarifa consolidada”, que normalmente era representada por um percentual sobre o valor do produto importado. (BARRAL, 2007, p.30)

até que fosse substituída por uma estrutura mais sólida. O Brasil, como signatário original do GATT 1947, incorporou-o ao seu ordenamento jurídico pela Lei n. 313/1948.

Surgia, assim, o sistema multilateral de comércio. Desde então, a evolução do GATT passou a decorrer de rodadas de negociação, ou seja, fóruns para promover negociações para a liberalização do comércio, onde as Partes Contratantes deliberavam sobre temas de interesse bilateral ou coletivo. Ao longo das rodadas, o GATT incorporou outras barreiras ao comércio, como medidas antidumping e não tarifárias.

Entretanto, problemas relacionados à segurança jurídica do Acordo começaram a surgir, vez que, à medida que novos acordos eram negociados, as Partes não estavam obrigadas a se associarem³. Além disso, os países em desenvolvimento estavam insatisfeitos com a sistemática e os resultados das negociações realizadas até então, alegando sobre a falta de acesso de seus produtos aos mercados de países desenvolvidos. Nesse contexto, fortaleciam-se as aspirações quanto a uma nova ordem da economia internacional, mais estruturada.

Como assevera Celso Lafer⁴, o sistema internacional, do fim Segunda Guerra Mundial até a queda do muro de Berlim, foi marcado pela prevalência de polaridades definidas. Isto acarretou em concepções divergentes sobre a forma de organizar a vida em sociedade, nacionalmente ou internacionalmente, principalmente em aspectos econômicos. Com o fim da Guerra Fria e diante de uma comunidade internacional estruturada em polaridades definidas, os conflitos de concepção sobre a organização da vida econômica mundial foram diluindo gradativamente.

Finalmente, a fim de solucionar as reclamações crescentes das Partes Contratantes do GATT, foi iniciada no ano de 1986, em Punta del Este, a Rodada Uruguai, a qual resultou em um documento que orientaria as negociações seguintes e estabeleceu um prazo de três anos para se apreciar determinados temas a serem negociados. Em 1994, foi assinado, em Marrakesh, o Acordo que marcou o fim desta Rodada, em que 123 países aprovaram a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) e firmaram uma série de acordos multilaterais. Diferentemente do GATT, estes acordos deveriam ser integralmente aceitos pelos Estados que almejassem compor o quadro de Membros da OMC.

³ Esta fragmentação dos direitos e deveres do sistema GATT era denominado “*GATT à la carte*”. Ver em PETERSMANN, Ernst-Ulrich. **The GATT/WTO dispute settlement system**. London: Kluwer Law International Ltd, 1997. p.47-50.

⁴ LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p.20-2.

Outro grande avanço proveniente da Rodada foi a criação de um sistema mais elaborado de solução de controvérsias, estrutura vital para o funcionamento da OMC que visa a solucionar disputas que interferem no livre comércio. No entanto, apesar de sua relevância para a manutenção da harmonia das relações comerciais firmadas entre os países, o Sistema de Solução de Controvérsias não é imune à críticas, principalmente de países em desenvolvimento, no que se refere à sua eficácia⁵.

O presente trabalho busca, portanto, apresentar uma análise da eficácia desse Sistema, sob uma perspectiva brasileira. Para avaliá-lo, é necessário considerar a implementação de decisões, o acesso ao mercado e ao SSC. No entanto, por se tratar de um trabalho monográfico, o estudo objetivará responder, a partir de uma análise quantitativa e qualitativa, a seguinte pergunta: O SSC é considerado efetivo em relação ao acesso dos Membros ao próprio sistema? Para tanto, o estudo será dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo buscará analisar a constituição da Organização Mundial do Comércio (OMC). Inicialmente, será feita uma breve abordagem sobre as origens do atual sistema multilateral de comércio, tendo como destaques o GATT 1947 e a Rodada Uruguai. Posteriormente, será apresentada a estrutura da OMC, bem como seus objetivos, funções e Membros.

O segundo capítulo exibirá um estudo sobre as características do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, idealizado para resolver eventuais disputas entre os Membros, a respeito dos seus direitos e obrigações assumidas no âmbito dos acordos da OMC; e, conseqüentemente, reprovar o uso de medidas unilaterais no âmbito econômico. O objetivo é expor a evolução histórica do mecanismo, a contar daquele modelo vigente no contexto do GATT 1947, antecessor da OMC. Refletir-se-á, ainda, sobre as principais etapas do processo para se solucionar uma controvérsia.

O terceiro capítulo, por sua vez, tem por finalidade fazer uma avaliação da eficácia do SSC. Para tanto, será realizada uma breve análise em alusão à atuação dos Membros em contenciosos perante o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), com destaque ao Brasil, um dos Membros que mais aciona tal aparato. Por fim, será feita uma análise do contencioso do algodão, estabelecido entre Brasil e Estados Unidos.

Para a realização do presente estudo, os métodos de procedimento utilizados serão o histórico porque haverá retrospectiva da origem do sistema, e funcionalista, devido ao estudo de caso. A técnica de pesquisa é baseada na documentação direta e indireta. Os

⁵ Esclareça-se que, ao longo do trabalho, a eficácia e a efetividade do sistema de solução de controvérsias serão tratadas como sinônimos, no sentido de cumprimento de funções de forma satisfatória.

elementos de pesquisa foram reunidos em virtude de uma vasta revisão bibliográfica, abrangendo obras nacionais e estrangeiras. Além disso, foi realizado um levantamento de número casos a partir da base de dados da Organização Mundial do Comércio, bem como sítios oficiais do governo.

CAPÍTULO 1 – A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

O presente capítulo procura analisar a constituição da Organização Mundial do Comércio (OMC). Para tanto, esta seção se dedica a apreciar brevemente as origens do atual sistema multilateral do comércio, tendo como destaques o Acordo Geral de Tarifas ao Comércio de 1947 (GATT⁶) e as negociações da Rodada Uruguai. Em seguida, é apresentada a estrutura da OMC, bem como seus objetivos, funções e Membros.

1.1 Origem

1.1.1 GATT 1947

Os anseios pela formação de uma entidade multilateral direcionada ao comércio internacional datam do período final da Segunda Guerra Mundial, época em que o sistema financeiro enfrentava uma crise alarmante, com países mais preocupados com avanços bélicos que econômicos. Com a Grande Depressão de 1929, a produção, o comércio e o emprego tiveram uma redução significativa⁷.

De acordo com Welber Barral⁸:

Até a década de 1930, o mundo atravessava um período de enorme intercâmbio comercial e de prosperidade econômica. A isto correspondia crescente regulamentação comercial, sobretudo entre os países desenvolvidos. É importante notar que, em termos de participação do comércio internacional nas riquezas nacionais, este foi o período de maior globalização.

A crise da bolsa de Nova Iorque mudou tudo. Naquele momento, a história foi pródiga em outra lição: a de que o unilateralismo é o pior dos remédios para uma crise de dimensões mundiais, e a cooperação, uma das poucas alternativas para minimizar e transpor os períodos de crise. Havia consenso de que o grande erro a não ser repetido era permitir o revanchismo dos vencedores e o unilateralismo das grandes potências pudessem, de novo, permitir que o flagelo da guerra se repetisse naquelas proporções.

A primeira iniciativa para se conquistar a estabilidade monetária das nações foi a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, onde cerca de 730 representantes de 44 países, inclusive o Brasil, reuniram-se na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos,

⁶ *The General Agreement on Tariffs and Trade*, sigla em inglês.

⁷ BARRETO, Pedro Henrique. História - Bretton Woods. **Desafios do Desenvolvimento**: a revista de informações e debates do IPEA. Brasília, ano 6, ed. 50, 21 maio 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁸ BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p.26.

com o objetivo de tomar uma providência quanto ao futuro da política econômica mundial⁹. Destarte, a conferência de Bretton Woods, em 1944, impulsionou a cooperação entre os países aliados, no que tange à reconstrução da economia mundial. Como fruto desta reunião, houve a celebração de um acordo que estabelecia, dentre outras disposições, o seguinte:

[...] cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda ‘congelada’ ao dólar, com margem de manobra de cerca de 1%. A moeda norte-americana, por sua vez, estaria ligada ao valor do ouro em uma base fixa¹⁰.

Além disso, foram definidos em Bretton Woods os planos iniciais para a criação de instituições multilaterais fundamentais para conduzir o novo sistema financeiro e assegurar liquidez na economia: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), atualmente conhecido como Banco Mundial, e a Organização Internacional do Comércio (OIC¹¹).

Como declara Ferracioli¹², as atividades do FMI e o BIRD se iniciaram em 1946. Enquanto o FMI destinava-se à consulta, cooperação e implementação do sistema monetário internacional, além de assistir os países com problemas de balanço de pagamentos, na tentativa de evitar a adoção de medidas restritivas ao comércio quando surgissem desequilíbrios; o Banco Mundial foi constituído para viabilizar a reconstrução da economia dos países que foram destruídos pela guerra.

Segundo o pensamento de Ferracioli¹³, a OIC completaria o conjunto de instituições da nova ordem internacional. Seu papel seria administrar um sistema de comércio multilateral com regras definidas, cujo objetivo seria facilitar o funcionamento das forças do mercado e a redução das restrições ao comércio internacional. Assim, este regime internacional para o comércio levaria em conta a estabilidade política e econômica das nações e deveria resultar em um aumento do nível de emprego e em desenvolvimento econômico.

Conforme ficou estabelecido na reunião do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (1946), foi realizada uma reunião em Genebra, em 1947, focada em três temas: a preparação da carta da OIC, as negociações do acordo geral de redução multilateral de tarifas e o estabelecimento de regras gerais para as negociações

⁹ BARRETO, 2009.

¹⁰ Id.

¹¹ *International Trade Organization – ITO*, sigla em inglês.

¹² FERRACIOLI, Paulo. **Do GATT à OMC: a Regulação do Comércio Internacional**. 2007. p.3.

Disponível em: <<http://www.cepal.org/dmaah/noticias/paginas/9/28579/OMCna.pdf>> Acesso em: 26 out. 2014.

¹³ Id.

sobre medidas tarifárias. Em 1948, durante a realização de um fórum de discussões sediado na capital de Cuba, foi aprovada a Carta de Havana¹⁴, com o aval dos cinquenta e três países presentes¹⁵. Todavia, a tentativa de constituir a OIC foi frustrada em razão da recusa do Congresso dos Estados Unidos em ratificá-la¹⁶. Entretanto, parte da Carta deu ensejo à celebração do GATT.

O GATT, acordo provisório firmado em 1947, entre 23 países¹⁷, visava a guiar as relações comerciais internacionais, estimulando a liberalização comercial e contestando eventuais práticas protecionistas. Ele aludia basicamente às negociações de tarifas e regras gerais sobre o comércio. Os alicerces deste sistema constituíam a não discriminação e a facilitação do livre comércio entre os países¹⁸.

Enquanto sistema temporário, este Acordo perdurou por quase meio século e “assumiu, a partir de então, a função de condução das negociações multilaterais acerca dos temas relacionados com o mercado global, incluindo tarifas, quotas e práticas comerciais¹⁹.”

O avanço do sistema do GATT era vinculado às rodadas de negociação. Foram oito rodadas multilaterais de comércio realizadas ante este acordo²⁰, expostas na tabela a seguir.

¹⁴ Barral (2007, p.29) explica que a redação da Carta de Havana estava dividida em três partes. A primeira referia-se à criação da OIC, a segunda sobre as regras de redução tarifária e a terceira continha regras gerais que deveriam ser respeitadas no processo de redução das tarifas.

¹⁵ FERRACIOLI, op. cit.

¹⁶ Os Estados Unidos não ratificaram a Carta de Havana porque os congressistas americanos temiam que a autonomia norte-americana na defesa de seus interesses fosse refreada.

¹⁷ Dentre os Estados signatários do GATT 1947 encontravam-se os Governos da Comunidade da Austrália, o Reino da Bélgica, os Estados Unidos do Brasil, a Birmânia, o Canadá, o Ceilão, a República do Chile, a República da China, a República de Cuba, os Estados Unidos da América, a República Francesa, a Índia, o Líbano, o Grão-Ducado de Luxemburgo, o Reino da Noruega, a Nova Zelândia, o Paquistão, o Reino dos Países Baixos, a Rodésia do Sul, o Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte, a Síria, a República Tchecoslovaca e a União Sul-Africana.

¹⁸ De acordo com Carla Junqueira (2009, p.266), o princípio da não-discriminação desdobra-se em duas regras: (i) nação mais favorecida, que estendia às demais partes contratantes do GATT um benefício concedido a um país, e (ii) tratamento nacional, segundo o qual uma parte contratante do GATT devia tratar da mesma forma os produtos importados e nacionais, serviços e fornecedores de serviços.

¹⁹ Ibid. p.265.

²⁰ Após a criação da OMC, foi realizada a Rodada Doha, sediada no Catar. Segundo a página oficial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) na Internet, neste fórum de discussão, que teve início em 2001 e foi encerrado em 2014, foram tratados temas como tarifas, agricultura, serviços, facilitação de comércio, solução de controvérsias e “regras”.

Tabela 1
Rodadas de Negociação

Ano	Local/ Nome	Assuntos abordados	Países (Nº)
1947	Genebra	Tarifas	23
1949	Annecy	Tarifas	13
1951	Torquay	Tarifas	38
1956	Genebra	Tarifas	26
1960 - 1961	Genebra/ Rodada Dillon	Tarifas	26
1964 - 1967	Genebra/ Rodada Kennedy	Tarifas e medidas antidumping	62
1973 - 1979	Genebra/ Rodada Tóquio	Tarifas, medidas não tarifárias, acordos jurídicos	102
1986 - 1994	Genebra/ Rodada Uruguai	Tarifas, medidas não tarifárias, regras, serviços, propriedade intelectual, solução de controvérsias, têxteis, agricultura, criação da OMC	123

Fonte: BARRAL, 2007, p.32.

Da primeira à quinta rodada, as discussões concentraram-se na redução das tarifas de comércio²¹. Enquanto a rodada Kennedy tratou de tarifas e antidumping, a rodada Tóquio voltou a abordar o tema das tarifas, mas também discutiu medidas não tarifárias e cláusula de habilitação²².

À medida que acordos referentes a outros assuntos eram negociados, criava-se uma situação bastante complexa, dado que os países eram integrantes do GATT, mas tinham a liberdade de escolher os acordos complementares que queriam pertencer. Essa possibilidade dada às Partes dificultava a minoração das diferenças entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Após diversas negociações fracassadas num contexto pós-guerra, os signatários do GATT, juntamente com outros países, aspiravam por uma estrutura mais sólida, em busca de um ambiente de comércio internacional mais regulado e transparente, consolidado na segurança e previsibilidade das relações econômicas internacionais.

²¹ As cinco primeiras rodadas são descritas, por Ferracioli (2007), como um período de sucesso no processo de liberalização, pois, além de várias barreiras originárias da década de trinta terem sido suprimidas, as tarifas incidentes sobre produtos industrializados comercializados pelos países desenvolvidos foram reduzidas. Quanto à sexta rodada, o autor destaca que a participação, pela primeira vez, da Comunidade Europeia como um bloco permitiu certo equilíbrio em termos do poder de barganha dos principais negociadores. Além disso, houve a conclusão do primeiro Acordo Antidumping, cujo objetivo era condenar a prática de exportar um produto a preço inferior ao praticado no mercado interno do país exportador.

²² As discussões sobre barreiras não tarifárias envolviam questões de valoração aduaneira, sistema de licenciamento para importações, barreiras técnicas, compras governamentais, subsídios e direitos compensatórios, além de antidumping. No que se referia à cláusula de habilitação, tratou-se da possibilidade de países desenvolvidos concederem tratamento diferenciado e mais favorável aos países em desenvolvimento nos acordos entre eles.

Apesar deste sistema denominado de “*GATT à la carte*”²³ e diante da insatisfação de diversos países em desenvolvimento com os resultados da aplicação do GATT, vale ressaltar que, a partir da década de 60, houve a adoção de mecanismos que permitissem a concessão de um tratamento diferenciado para estes países. É o caso, por exemplo, dos Sistemas Gerais de Preferências – SGPs, concebidos no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD²⁴). O SGP trata-se de uma concessão de países desenvolvidos a países em desenvolvimento, sem exigência de reciprocidade, no que se refere a preferências tarifárias para uma determinada relação de produtos. Em outras palavras, o SGP admite aos países desenvolvidos prover isenção ou redução do imposto de importação sobre certos produtos procedentes de países em desenvolvimento.

No início dos anos 1980, os países viram a necessidade de realizar uma nova rodada de negociações multilaterais para tratar das fragilidades do mecanismo do GATT que resultavam em conflitos crescentes entre as Partes Contratantes. Portanto, sete anos depois da Rodada Tóquio ocorreu a última rodada sob o regime do GATT – a Rodada Uruguai.

1.1.2 Rodada Uruguai

Em 1986, as Partes Contratantes do GATT, inclusive o Brasil, decidiram iniciar uma nova rodada de negociações para a liberalização do comércio internacional, a ser sediada em Punta del Este, no Uruguai. Os objetivos dessa negociação eram bastante ambiciosos, pois além de incluir o comércio de serviços, consideraram-se também muitas questões controversas do comércio de produtos agrícolas e têxteis. Além disso, fazia parte da agenda da Rodada discutir sobre o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais do GATT e de seu sistema de solução de controvérsias²⁵.

No entanto, as primeiras propostas para a criação de uma nova organização de comércio internacional, apresentadas pelo Canadá e pela Comunidade Europeia, surgiram apenas em 1990. Um ano depois houve uma proposta conjunta do Canadá, Comunidade Europeia e México. A princípio, muitos países em desenvolvimento criticavam a ideia de se

²³ O “*GATT à la carte*” trazia grande instabilidade ao sistema multilateral de comércio, pois as Partes Contratantes podiam escolher adotar acordos específicos conforme seus interesses. Em outras palavras, as Partes somente se valiam dos instrumentos que lhes favoreciam.

²⁴ *The United Nations Conference on Trade and Development*, sigla em inglês.

²⁵ UNITED NATIONS (2003). **Curso de Solução de Disputas em Comércio Internacional, Investimento e Propriedade Intelectual**.p.8. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/edmmisc232add11_pt.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

estabelecer uma nova instituição, uma vez que alguns deles pensavam que a UNCTAD poderia exercer este papel. Até os Estados Unidos eram contra o estabelecimento de uma nova organização. Entretanto, apenas em 1992 é que a maioria dos países em desenvolvimento se manifestou a favor da constituição de uma nova entidade de comércio internacional. O apoio dos Estados Unidos só foi concedido no final das negociações, em 1993²⁶, após a inclusão da questão de propriedade intelectual no âmbito do *single undertaking approach*²⁷.

A OMC, estabelecida oficialmente em 1º de janeiro de 1995, surgiu em substituição ao GATT 1947. Como um dos resultados das negociações desenvolvidas na Rodada Uruguai²⁸, a criação da OMC representa um marco importante para a ordem econômica mundial, pois, conforme Ferracioli²⁹ (2007), o tripé da institucionalidade idealizado em Bretton Woods foi completo. Assim, após diversas negociações, foi criada uma instituição intergovernamental permanente para dar sustentação ao comércio internacional a partir de um conjunto de regras consensualmente acordadas entre seus Membros. O Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio³⁰ (“Acordo da OMC”), também conhecido como Acordo de Marrakesh, nome devido ao lugar onde foi assinado, dispõe sobre a descrição da estrutura e do funcionamento da OMC³¹.

Na visão de Peter Van den Bossche, o Acordo da OMC, principal fonte do Direito da OMC³², é o acordo de comércio internacional mais amplo e ambicioso já firmado. É

²⁶ UNITED NATIONS, op. cit.

²⁷ O conceito de *single undertaking* refere-se a uma técnica de negociação, na qual um pacote de acordos e entendimentos deveriam ser incorporados pelos Membros da OMC, para um bom funcionamento do sistema multilateral de comércio.

²⁸ Além da centralização de regras em apenas uma instituição, a Rodada Uruguai também foi destaque pelo conjunto de acordos firmados, dentre os quais estão o Acordo relativo aos aspectos comerciais dos direitos de propriedade intelectual (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* - TRIPS), o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (*the General Agreement on Trade in Services* - GATS), o Acordo sobre Têxteis e Vestuário (AVT) e o Acordo sobre Agricultura.

²⁹ FERRACIOLI, op. cit.

³⁰ O Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio está disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/omc/acordos/portugues/02estabeleceomc.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

³¹ A página oficial da OMC na Internet a define da seguinte forma: “*There are a number of ways of looking at the World Trade Organization. It is an organization for trade opening. It is a forum for governments to negotiate trade agreements. It is a place for them to settle trade disputes. It operates a system of trade rules. Essentially, the WTO is a place where member governments try to sort out the trade problems they face with each other.*”

Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm>. Acesso em 28 set. 2014.

³² Ver VAN DEN BOSSCHE, Peter, **The Law and Policy of the World Trade Organization**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2008. p.37. O Direito da OMC abrange: regras sobre a não-discriminação; regras sobre o acesso a mercados; regras sobre comércio desleal; regras sobre conflitos entre o livre comércio e outros valores e interesses sociais; e regras para promover a harmonização da legislação

constituído de 16 Artigos e de vários acordos internacionais e entendimentos incluídos como anexos (v. Anexo A). Vale dizer que tal acordo não reformou o GATT, mas ao criar a OMC, o dispositivo incorporou as cláusulas do GATT entre seus anexos. Por isso, importa mencionar o Artigo XVI:1 do Acordo da OMC, que versa o seguinte:

Exceto se houver disposição em contrário nesse acordo ou nos acordos multilaterais de comércio, a OMC será guiada pelas decisões, procedimentos e práticas habituais seguidas pelas Partes Contratantes ao GATT 1947 e os órgãos estabelecidos na estrutura do GATT 1947.

1.2 A Organização de 1995

Sediada em Genebra, na Suíça, a OMC é o organismo internacional responsável por fiscalizar e regulamentar as relações comerciais num plano multilateral. Em outras palavras, é a entidade que centraliza as regras essenciais para a estruturação do comércio internacional³³. A OMC tem como objetivo a liberalização do comércio, no entanto, ela deve levar em consideração também a preservação do meio ambiente e a pobreza global.

Conforme consta no preâmbulo do Acordo Constitutivo da OMC, a partir do momento em que os Estados aprovaram a criação da OMC, os países passaram a reconhecer que:

[...] as suas relações na esfera da atividade comercial e econômica devem objetivar a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e um volume considerável e em constante elevação de receitas reais e demanda efetiva, o aumento da produção e do comércio de bens e de Serviços, permitindo ao mesmo tempo a utilização ótima dos recursos mundiais em conformidade com o objetivo de um desenvolvimento sustentável e buscando proteger e preservar o meio ambiente e incrementar os meios para fazê-lo, de maneira compatível com suas respectivas necessidades e interesses segundo os diferentes níveis de desenvolvimento econômico. (grifo do autor)

Para que os objetivos da OMC sejam alcançados, a organização se vale de instrumentos como acordos para redução de barreiras tarifárias ao comércio e a eliminação do tratamento discriminatório nas relações comerciais internacionais³⁴.

nacional em determinadas áreas. E mais, compreende regras institucionais e processuais, incluindo regras sobre processo decisório e solução de controvérsias. Regras estas que formam o sistema multilateral de comércio.

³³ Com base no Artigo II:1 do Acordo da OMC, a principal função da OMC é constituir a estrutura institucional comum para a condução das relações comerciais entre seus Membros nos temas relacionados aos acordos e instrumentos legais associados incluídos nos anexos ao acordo da OMC.

³⁴ Van den Bossche (2008, p.86) afirma que a redução de barreiras comerciais e a eliminação da discriminação também eram os principais instrumentos do GATT, mas o propósito do Acordo da OMC é constituir a base de um sistema de comércio multilateral integrado, mais viável e duradouro.

1.2.1 Papel da OMC

A principal função da OMC é, com base no artigo II:1 do Acordo da OMC, constituir a estrutura institucional comum para a condução das relações comerciais entre seus Membros nos temas relacionados aos acordos e instrumentos legais associados incluídos nos anexos ao acordo da OMC. O artigo III³⁵ do Acordo Constitutivo da OMC dispõe sobre cinco atribuições específicas da Organização.

A primeira delas é a gerência de seus acordos, ou seja, a implementação e supervisão do cumprimento do Acordo da OMC e dos Acordos Multilaterais e Plurilaterais anexados a ele. A segunda função é ser o fórum para as Negociações Comerciais, onde ela deverá criar situações e rodadas para que sejam firmados acordos comerciais internacionais. Incumbe à OMC, ainda, administrar o Sistema de Solução de Controvérsias, cujo papel é resolver os conflitos comerciais entre os países Membros, que será detalhado no próximo capítulo. Outra atribuição é o monitoramento das Políticas Comerciais, ou seja, é seu dever regulamentar e fiscalizar o comércio mundial, administrando o mecanismo de revisão de política comercial (*Trade Policy Review Mechanism*³⁶ – TPRM). Finalmente, sua quinta e

³⁵ As funções da OMC estão destacadas no Artigo III, que diz que:

1. A OMC facilitará a aplicação, administração e funcionamento do presente Acordo e dos Acordos comerciais multilaterais e promoverá a consecução de seus objetivos e constituirá também o quadro jurídico para a aplicação, administração e funcionamento dos Acordos comerciais Plurilaterais.
2. A OMC será o foro para as negociações entre seus Membros acerca de suas relações comerciais multilaterais em assuntos tratados no quadro dos acordos incluídos nos Anexos ao presente Acordo. A OMC poderá também servir de foro para ulteriores negociações entre seus Membros acerca de suas relações comerciais multilaterais e de quadro Jurídico para a aplicação dos resultados dessas negociações secundo decida a Conferência Ministerial.
3. A OMC administrará o entendimento relativo às normas e procedimentos que regem a solução de controvérsias (denominado a seguir ‘Entendimento sobre Solução de controvérsias’ ou ‘ESC’) que figura no Anexo 2 do presente Acordo.
4. A OMC administrará o mecanismo de Exame das Políticas comerciais (denominado a seguir ‘TPRM’) estabelecido no anexo 3 do presente Acordo.
5. Com o objetivo de alcançar uma maior coerência na formulação das políticas econômicas em escala mundial, a OMC cooperará no que couber com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e com os órgãos a eles afiliados.

Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/omc/acordos/portugues/02estabeleceomc.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

³⁶ UNITED NATIONS, 2003, p.14. O TPRM estabelece uma apreciação e avaliação regular coletiva das políticas e práticas comerciais de cada um dos membros e seu impacto no funcionamento do sistema multilateral do comércio. A finalidade do "TPRM" é contribuir para a melhor observância, por todos os Membros, dos acordos da OMC, conseguindo mais transparência e compreendendo melhor as políticas e as práticas de comércio dos Membros.

Por meio do TPRM, as políticas e práticas de comércio de todos os Membros estão sujeitas a uma revisão periódica. As quatro maiores entidades comerciais, isto é, a Comunidade Europeia, os Estados Unidos, o Japão e o Canadá sofrem revisões a cada dois anos. As seguintes maiores 16 nações são revistas a cada quatro anos. Outros Membros, incluindo a maioria dos países em desenvolvimento, são revistos a cada seis anos, com exceção dos países de menor desenvolvimento relativo, para os quais um período mais longo pode ser fixado. As revisões da política comercial são realizadas pelo Órgão de Revisão de Política Comercial, tendo por base

última obrigação é propiciar ambiente de cooperação com outras organizações internacionais e não governamentais.

E mais, diante das adversidades quanto à abertura de mercado que os países em desenvolvimento enfrentam, a OMC também procura assisti-los na ampliação de suas respectivas economias. Seu propósito, portanto, é garantir que o comércio entre as nações se desenvolva da forma mais previsível, suave e livre possível. Com uma economia mundial mais próspera e pacífica, o risco de conflitos políticos e militares torna-se limitado³⁷.

De acordo com Vera Thorstensen³⁸:

[...] a OMC possui basicamente quatro funções (GATT 1994): 1 – Facilitar a implantação, a administração, a operação e os objetivos dos acordos da Rodada Uruguai, que incluem: setores diversos como agricultura, produtos industriais e serviços; regras de comércio como valoração, licenças, regras de origem, antidumping, subsídios e salvaguardas, barreiras técnicas, e empresas estatais; supervisão dos acordos regionais e sua compatibilidade com as regras do GATT; propriedade intelectual; e, novos temas como meio ambiente, investimento e concorrência. 2 – Constituir um foro para as negociações das relações comerciais entre os estados membros, com objetivo de criar ou modificar acordos multilaterais de comércio. 3 – Administrar o Entendimento (*Understanding*) sobre Regras e Procedimentos relativos às Soluções de Controvérsias, isto é administrar o "tribunal" da OMC. 4 – Administrar o Mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais (*Trade Policy Review Mechanism*) que realiza revisões periódicas das Políticas de Comércio Externo de todos os membros da OMC, acompanhando a evolução das políticas e apontando os temas que estão em desacordo com as regras negociadas.

Essencialmente, a OMC é um fórum de negociação, o qual se caracteriza como uma instituição permanente, com personalidade jurídica e poder sancionatório. Para tanto, ela conta com um acervo de acordos multilaterais, previamente assinados por todos os Membros, que abarcam desde o comércio de mercadorias, o de serviços e o de direitos de propriedade intelectual, até as medidas comerciais referentes a investimentos.

Vale ressaltar que,

Com a assinatura do Acordo Constitutivo da OMC e seus Anexos, dentre eles o Entendimento de Solução de Controvérsias (ESC), os mecanismos controladores dos diferentes Acordos aproveitam-se de maior legitimidade

dois relatórios: um fornecido pelo Membro sob revisão, em que o Membro descreve suas políticas e práticas de comércio e outro elaborado pelo Secretariado da OMC¹⁴. Esses relatórios, junto com as Atas da Reunião do Órgão de Revisão de Política Comercial, são publicados após a revisão e são fontes valiosas de informação sobre a política de comércio e práticas de um Membro da OMC.

³⁷ WTO. **The WTO in brief.** Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/inbrief_e/inbr00_e.htm>. Acesso em: 28 set. 2014.

³⁸ THORSTENSEN, Vera. A OMC - Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre investimentos e concorrência. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. 1, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2014.

e força, ao passo que especificamente os regulamentos antidumping e anti-subsídios foram sensivelmente beneficiados por regras mais transparentes e práticas³⁹.

A fim de compor o rol de Membros da OMC, os Estados devem aceitar as regras previstas pela Organização⁴⁰. Ao contrário do sistema anterior – o GATT –, os Estados não podem escolher os acordos que querem adotar. A exceção foi com relação aos acordos plurilaterais⁴¹, relacionados a compras governamentais, aeronaves civis, carne bovina e produtos lácteos (já expirados), e a telecomunicações.

Como ressalta Paulo Ferracioli⁴², as regras do sistema multilateral de comércio internacional estão presentes nos seguintes acordos ou grupos de acordos: Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio 1994 (GATT 94), e o conjunto de acordos que tratam diretamente do comércio de bens; Acordo Geral Sobre o Comércio de Serviços (GATS); Acordo Sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS); Entendimento Relativo a Normas e Procedimentos pelos quais se rege a Solução de Controvérsias; e Mecanismo de Revisão de Política Comercial⁴³.

1.2.2 Estrutura Institucional

A estrutura da OMC está estabelecida no Artigo IV do seu acordo constitutivo. Considera-se que a instituição funciona em quatro níveis organizacionais. A instância decisória máxima é a Conferência Ministerial⁴⁴, onde são escolhidos os temas a serem

³⁹ SALDANHA, Carolina. A Defesa Comercial na Organização Mundial do Comércio. In: LIMA, Maria Lúcia Labate Mantovanini Padua; ROSENBERG, Barbara (Org.). **Solução de Controvérsias: o Brasil e o Contencioso na OMC**. Tomo II. São Paulo: Saraiva, 2009. p.3.

⁴⁰ Quanto à obrigatoriedade dos Membros em integrarem os acordos, o artigo II do Acordo Constitutivo da OMC indica, *inter alia*:

2. Os acordos e os instrumentos legais conexos incluídos nos anexos 1, 2 e 3 (denominados a seguir “Acordos Comerciais Multilaterais”) formam parte integrante do presente acordo e obrigam a todos os Membros.
3. Os acordos e os instrumentos legais conexos incluídos no anexo 4 (denominados a seguir “Acordos Comerciais Plurilaterais”) também formam parte do presente acordo para os Membros que os tenham aceito e são obrigatórios para estes. Os Acordos Comerciais Plurilaterais não criam obrigação nem direitos para os Membros que não os tenham aceitado.

Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/omc/acordos/portugues/02estabeleceomc.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

⁴¹ Sobre acordos plurilaterais, ver artigo II:3 do Acordo da OMC.

⁴² FERRACIOLI, op. cit.

⁴³ Id.

⁴⁴ Até o momento, ocorreram nove conferências ministeriais. A primeira foi realizada em 1996, em Singapura, e tratou de temas que envolveram comércio e investimento, comércio e competitividade, transparência nas aquisições governamentais e facilitação de comércio. A Conferência seguinte foi em Genebra, em 1998. Nestas Conferências iniciais, houve uma tentativa de expansão dos temas discutidos. Propôs-se também inserir uma cláusula social, no entanto, houve resistência dos países em desenvolvimento, que consideraram ser mais uma forma de possibilitar a incidência de mais barreiras protecionistas. Logo em seguida, ocorreu a Conferência de

tratados nas rodadas de negociação. Composta de chefes de Estado ou Ministros das Relações Exteriores dos Membros, ela ocorre ao menos uma vez a cada dois anos. A Conferência Ministerial é competente para tomar decisões em todas as matérias dos acordos multilaterais da OMC. O processo de tomada de decisões advém do consenso. Acaso não seja possível obter resultados concretos, a conferência fixa uma agenda de trabalho, além de verificar a aplicação de compromissos de negociações acordados previamente.

O segundo nível organizacional da OMC abarca o Conselho Geral, que exerce duplo papel: atua ora como Órgão de Solução de Controvérsias (OSC)⁴⁵, ora como Órgão de Revisão de Política Comercial (TRPC). O Conselho Geral, órgão permanente, é formado por embaixadores de cada Membro da OMC. Este órgão se reúne sempre que possível, normalmente a cada dois meses, e cabe a ele “zelar pelos Acordos Multilaterais, administrar as atividades diárias da OMC e executar as decisões das conferências ministeriais⁴⁶”. Nos termos do artigo IV:2 do Acordo da OMC, “nos intervalos entre reuniões da Conferência Ministerial o Conselho Geral desempenhará as funções da Conferência.”

O Conselho Geral está ligado aos Conselhos de Comércio de Bens, de Propriedade Intelectual e de Comércio de Serviços estão subordinados.⁴⁷ Ademais, o Conselho também se conecta ao Comitê de Negociações Comerciais da Agenda do Desenvolvimento de Doha.

Seattle (1999), sem avanços ao futuro do sistema multilateral de comércio. Esta foi uma ocasião marcada por diversas manifestações contra a globalização. Num contexto pós-atacado de 11 de setembro, houve a necessidade de se realizar a Conferência de Doha (2001), cuja agenda pautou no desenvolvimento em agricultura e serviços. Posteriormente, sucedeu a Conferência de Cancun em 2003, com destaque para a articulação política do Brasil, China e Índia. Adiante realizaram a Conferência de Hong Kong, em 2005, com avanços para o setor agrícola e de serviços (BARRAL, 2007). Seguidamente, houve a Conferência de Genebra em 2009. Por fim, realizou-se a Conferência de Bali (2013), que representou um marco histórico para o sistema, com o pacote Bali abrangendo novas regras para a facilitação do comércio, a agricultura e o desenvolvimento.

⁴⁵ *Dispute Settlement Body – DSB.*

⁴⁶ PEREIRA, Wesley Robert. OMC: estrutura institucional. **Conjuntura Internacional** – Boletim da PUC de Minas, PUC de Minas, out., 2005. p.2. Disponível em:

<http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CES_ARQ_DESCR20051025125214.pdf?PHPSESSID=b150859d0ce11cc87aeab9ad9448ba17>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁴⁷ Sobre os demais Conselhos, ressalta-se o artigo IV: 5 do Acordo da OMC: Estabelecer-se-á um Conselho para o comércio de Bens, um Conselho para o Comércio de Serviços e um Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionadas com o comércio (denominado a Seguir Conselho de ‘TRIPS’) que funcionará sob a orientação geral do conselho Geral. O Conselho para o comércio de Bens supervisionará o funcionamento dos Acordos Comerciais Multilaterais do anexo 1A. O Conselho para o Comércio de Serviços supervisionará o funcionamento do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (denominado a seguir ‘GATS’). O Conselho para TRIPS supervisionará o funcionamento do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (denominado a seguir Acordo sobre ‘TRIPS’). Esses Conselhos desempenharão as funções a eles atribuídas nos respectivos Acordos e pelo Conselho geral. Estabelecerão suas respectivas regras de procedimento sujeitas a aprovação pelo Conselho Geral. Poderão participar desses Conselhos representantes de todos os Membros. Esses Conselhos se reunirão conforme necessário para desempenhar suas funções. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/omc/acordos/portugues/02estabeleceomc.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

O Órgão de Solução de Controvérsias e o Entendimento sobre Soluções de Controvérsias (ESC), órgãos que também auxiliam o Conselho, serão abordados no próximo capítulo.

Enfim, nos termos do artigo V do Acordo Constitutivo da OMC, compete ao Conselho Geral tomar as providências necessárias para estabelecer cooperação efetiva com outras organizações intergovernamentais que tenham áreas de atuação relacionadas com a da OMC, além de manter consultas e cooperação com organizações não governamentais dedicadas a assuntos relacionados com os da OMC.

O terceiro nível engloba três Acordos, quais sejam: o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT⁴⁸), o Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS⁴⁹) e o Acordo sobre Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS⁵⁰). Estes Acordos são administrados por conselhos especializados, ou seja, pelos Conselhos de Comércio de Bens, de Comércio de Serviços e de Propriedade Intelectual, respectivamente. Como já foi mencionado antes, o GATT 1947, substituído pela OMC em 1994, regula tarifas e o comércio de bens. O GATS, no entanto, versa sobre um quadro de referência multilateral de princípios e regras para o comércio. Por conseguinte, o TRIPS regula questões ligadas ao direito de propriedade intelectual.

Finalmente, o quarto nível é composto por diversos comitês e grupos de trabalho que debatem uma série de temas, com o intuito de auxiliar a Conferência Ministerial e o Conselho Geral em suas funções. São eles o Comitê de Comércio e Meio Ambiente; de Comércio e Desenvolvimento, do qual faz parte também o Subcomitê de Países Subdesenvolvidos; de Acordos Comerciais Regionais; de Restrições de Balanço de Pagamentos; de Assuntos Orçamentários, Financeiros e Administrativos. Há também os Grupos de Trabalho sobre Adesões; sobre Comércio, Dívida e Finanças; e sobre Comércio e Transferência de Tecnologia. Esses comitês e grupos de trabalho estão subordinados ao OSC.

Segundo Peter Van den Bossche⁵¹, a OMC dispõe também de órgãos considerados “quase” judiciais, ou seja, os Painéis *ad hoc* para solução de controvérsias e o Órgão Permanente de Apelação, que serão abordados no próximo capítulo.

Abaixo segue uma ilustração do organograma da Organização.

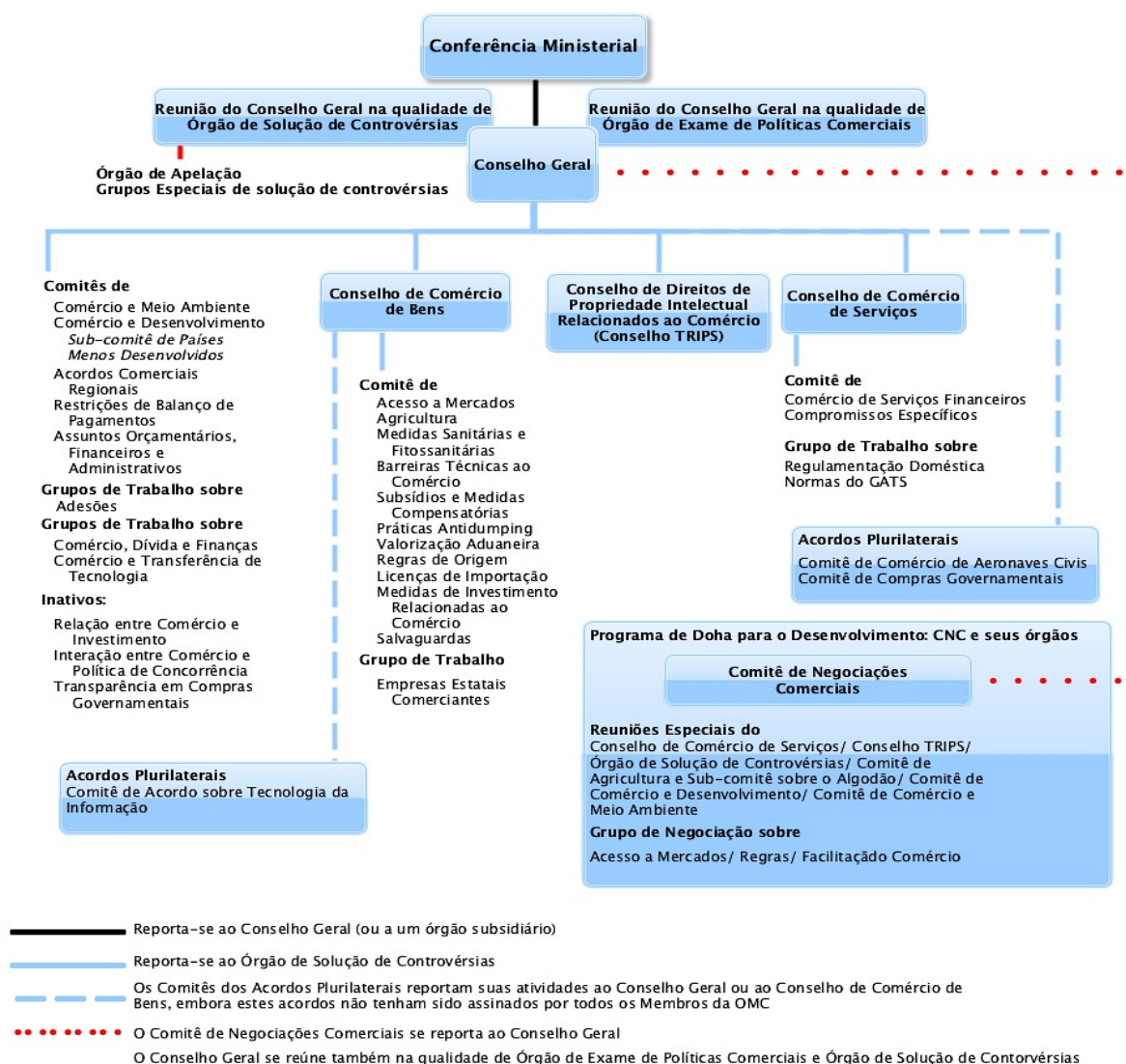
⁴⁸ O texto do GATT 1994 está disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/06-gatt_e.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁴⁹ O texto do GATS está disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/26-gats_01_e.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁵⁰ O texto do TRIPS está disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/27-trips.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁵¹ VAN DEN BOSSCHE, 2008, p.131.

Figura 1
Organograma da OMC



Fonte: OMC.

Ainda, faz parte da estrutura da OMC o Secretariado, que atua na sede da Organização, na Suíça. Ele deve “ser neutro e não influenciável pelo poder político exercido pelos países desenvolvidos⁵²”. Compete a ele fornecer apoio administrativo e técnico para os Conselhos, Comitês, Partes e Grupos de Trabalho; auxiliar tecnicamente os países em desenvolvimento; apreciar regras e atividades comerciais; proporcionar assistência jurídica nas resoluções de disputa com relação à interpretação de normas e jurisprudência; e cuidar

⁵² FAIS, Juliana Marteli. A Organização Mundial do Comércio e o Desenvolvimento. In: BARRAL, Welber; PIMENTEL, Luiz Otávio (Org.). **Comércio Internacional e Desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p.124.

do acesso de novos Membros. Este setor é responsável também por manter os arquivos da OMC, agendar as reuniões, elaborar documentos e análises alusivas aos acordos e negociações.

O chefe do Secretariado da OMC ocupa o cargo de Diretor-Geral, estando à frente de 640 funcionários internacionais⁵³. Sua função consiste em administrar os acordos, conferências e disputas no âmbito da Organização, tal como fiscalizar as regras de mercado, fornecer assistência técnica e capacitação para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Em outros termos, o Diretor-Geral atua como um facilitador dos processos de tomada de decisão na OMC. A escolha do ocupante deste cargo de chefia é um processo político complexo, a ser conduzido pelo Conselho Geral, em consulta com os países Membros.

Internamente, o Secretariado é estruturado em divisões que desempenham os seguintes papéis: funcional; informativo e de relacionamento; e de apoio. Cita-se, como exemplo, a Divisão de Agricultura e Commodities, a Divisão de Informação e de relacionamento com a Mídia e a Divisão de Serviços de idioma e Documentação. Estas, por sua vez, são administradas por um Diretor, subordinado a um dos quatro Vice-Diretores-Gerais da OMC ou diretamente ao Diretor-Geral.

Ao longo de sua existência, a OMC já foi chefiada por seis Diretores-Gerais. O primeiro foi o irlandês Peter Sutherland (1993-1995), que fez parte da transição do GATT⁵⁴ à OMC. O italiano Renato Ruggiero conduziu em seguida, ficando no cargo de 1995 a 1999. Posteriormente, foi a vez de Mike Moore, da Nova Zelândia, liderá-la (1999-2002), sendo sucedido pelo tailandês Supachai Panitchpakdi (2002-2005). E, ainda, houve a administração do francês Pascal Lamy, pelo período de 2005 a 2013. Por fim, o atual Diretor-Geral da OMC é o diplomata brasileiro, Roberto Azevêdo, que iniciou seu mandato em 1º de setembro de 2013.

Em relação ao *staff* da OMC, é válido frisar que há maior incidência de indivíduos originários de países desenvolvidos exercendo funções no Secretariado, como é o caso da França, Reino Unido e Espanha. Isto se dá ao fato de que, em geral, os países menos

⁵³ O número de funcionários do Secretariado da OMC está disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm>. Acesso em: 28 set. 2014.

⁵⁴ O primeiro Diretor-Geral do GATT foi o britânico Eric Wyndham-White, ocupando o cargo de 1948 a 1968, que foi sucedido pelo suíço Olivier Long (1968-1980) e seguido pelo também suíço Arthur Dunkel (1980-1993).

desenvolvidos dispõem de número inferior de especialistas qualificados para atuar no setor⁵⁵.

1.2.3 Membros

A OMC é uma organização quase universal. Atualmente, a entidade possui 160 Membros⁵⁶ que respondem por mais de 95% do comércio internacional. Seu quadro de Membros é composto por Estados e Territórios aduaneiros autônomos, como Hong Kong, Macau e Taiwan; além de países desenvolvidos e países de menor desenvolvimento relativo. São Membros originários da OMC as Partes Contratantes do GATT 1947 e a Comunidade Europeia⁵⁷.

De acordo com Van den Bossche⁵⁸, o status de “país em desenvolvimento” fundamenta-se na autodeterminação, pois a OMC não possui uma definição dessa expressão. Desse modo, são os Membros que se intitulam como “desenvolvidos” ou países “em desenvolvimento”. Aqueles definidos como países em desenvolvimento são favorecidos de tratamento especial e diferenciado em muitos acordos da OMC, além de receberem assistência técnica. A maioria dos Membros é composta por países em desenvolvimento. Em relação aos países de menor desenvolvimento relativo, referência adotada pelas Nações Unidas, vale ressaltar que estes Estados também recebem tratamento especial e diferenciado adicional.

O processo de acessão à OMC é demorado e complexo. O país candidato deve negociar sua acessão, além de concessões referentes a acesso de mercados. E mais, o candidato a Membro deve adequar suas leis, regulamentos e procedimentos administrativos aos compromissos decorrentes dos acordos da OMC. Aos países, que buscam se associar oficialmente à Organização, é dado o nome de Observadores da OMC⁵⁹.

⁵⁵ Conforme tabela constante no Anexo B, que ilustra a situação do quadro de funcionários da OMC por sexo e nacionalidade do ano de 2012, é possível notar essas desproporções. Num total de 639 funcionários à época, apenas a França possuía 175 pessoas atuando no Secretariado. O Reino Unido contava com 65, a Espanha com 43 e a Suíça com 36. Somente estes países representavam quase 50% dos funcionários. Os Estados Unidos, por sua vez, possuía 28 nacionais. Enquanto isso, a Argentina e a Colômbia tinham 10 funcionários, cada um; o Brasil 8, e o Peru, assim como o Uruguai, contavam com 7 pessoas. Estes países sul-americanos não representam mais que 5.5% do quadro total.

⁵⁶ A lista atual dos Membros pode ser encontrada no seguinte sítio eletrônico: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm>. Acesso em: 18 out. 2014.

⁵⁷ Tanto a Comunidade Europeia quanto os 28 Estados membros da União Europeia fazem parte da OMC.

⁵⁸ VAN DEN BOSSCHE, 2008, p.105.

⁵⁹ A Conferência Ministerial ou o Conselho Geral podem, em circunstâncias excepcionais, conferir aos Membros o direito (*waiver*) de imporem reservas com relação a qualquer disposição dos Acordos Multilaterais de Comércio.

Conforme disposição do Artigo XV do Acordo da OMC, qualquer Membro pode retirar-se unilateralmente da Organização. Ainda assim, desde o início das atividades da OMC até hoje não há registro de nenhuma retirada.

Apesar de o sistema sofrer inúmeras críticas, principalmente por parte de países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, acredita-se que nenhum país tenha se retirado da OMC por, ainda assim, depositar confiança em um sistema que busca uma interação mais organizada entre as economias num mercado cada vez mais globalizado, com respaldo na ideia de Kant de promoção da paz por meio do comércio.

CAPÍTULO 2 – SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC

É sabido que os tratados internacionais possuem uma linguagem diplomática, geralmente vaga e imprecisa, o que facilita a incidência de interpretações distintas. Com o estabelecimento da OMC, o sistema multilateral de comércio entrou em uma nova era. Os acordos da OMC regulam um vasto acervo de normas no tocante ao comércio internacional de bens, serviços e de aspectos que envolvem direitos de propriedade intelectual; conjunto de acordos que constitui o Direito Material da OMC, em sintonia com o Direito Internacional Público e o Direito do Comércio Internacional⁶⁰. Muitas vezes, os Membros da OMC entram em desacordo quanto à correta interpretação e aplicação destas regras. Para fazer valer seus direitos, eles possuem a prerrogativa de recorrer a um mecanismo que estrutura o Direito Processual da OMC.

O capítulo 2 apresentará, portanto, um estudo sobre as características do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC, idealizado para resolver eventuais disputas entre os Membros, a respeito dos seus direitos e obrigações assumidas no âmbito dos acordos da OMC; e, conseqüentemente, reprovar o uso de medidas unilaterais no âmbito econômico. O objetivo é expor a evolução histórica deste mecanismo importante para a solução de disputas comerciais em um nível global, a contar daquele modelo vigente no contexto do GATT 1947, antecessor da OMC.

Pretende-se refletir, ainda, sobre as principais etapas do processo para se solucionar uma controvérsia. Além disso, será apresentada também uma breve análise em alusão à atuação dos Membros em contenciosos perante o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), com destaque ao Brasil, um dos Membros que mais aciona tal aparato.

2.1 Do GATT à OMC

2.1.1 Solução de Controvérsias durante o GATT 1947

Desde 1947, com a criação do GATT, sabia-se da possibilidade de haver uma intensificação dos conflitos entre Estados em virtude de interesses econômicos e comerciais divergentes, por conta do crescimento do comércio. Como já foi explanado no capítulo anterior, o GATT 1947 não foi arquitetado com o propósito de ser uma organização

⁶⁰ PINHEIRO, Silvia Marina. **Responsabilidade Internacional dos Estados na OMC**. São Paulo: Aduaneiras, 2007. p.7.

internacional para o comércio, dotada de personalidade jurídica. Por isso, no que se refere à solução de controvérsias, não havia “um órgão específico aos quais os Estados signatários pudessem recorrer para buscar a aplicabilidade do acordo”⁶¹.

Embora a Carta da OIC estabelecesse um procedimento de solução de controvérsias bastante elaborado, o GATT possuía apenas dois dispositivos, que contemplavam, de forma bem simples, um procedimento que deliberasse sobre a resolução de conflitos – os Artigos XXII e XXIII. Segundo Peter Van den Bossche, estes artigos não se referiam explicitamente à “solução de controvérsias”, muito menos previam procedimentos detalhados para lidar com os conflitos⁶². O art. XXII⁶³ delibera brevemente sobre os procedimentos de consultas bilaterais. Com base neste dispositivo, as partes deveriam inicialmente se empenhar para uma conciliação. Já o art. XXIII⁶⁴, encarregado de regular sobre as outras fases do

⁶¹ ROSENBERG, Barbara. Revisitando o escopo e a função do mecanismo de solução de controvérsias da OMC: segurança e previsibilidade no sistema multilateral de comércio. In: LIMA, Maria Lúcia Labate Mantovanini Padua; ROSENBERG, Barbara (Org.). **Solução de controvérsias: O Brasil e o contencioso na OMC**. Tomo I. São Paulo: Saraiva, 2009. p.95.

⁶² VAN DEN BOSSCHE, Peter. **The Law of the World Trade Organization**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2008. p.170.

⁶³ O Art. XXII do GATT estabelece: “1. Cada Parte Contratante examinará com compreensão as representações que lhe sejam encaminhadas por qualquer outra Parte Contratante e deverá se prestar a consultas a respeito daquelas representações, desde que elas digam respeito a questões relativas à aplicação do presente Acordo.

2. As Partes Contratantes poderão, a pedido de uma das Partes Contratantes, entrarem entendimentos com uma ou várias Partes Contratantes sobre questões para as quais a solução satisfatória não poderia ser alcançada através das consultas previstas no parágrafo primeiro.”

⁶⁴ Estabelece o Artigo XXIII do GATT 1947, *in verbis*: “1. No caso de uma Parte Contratante considerar que uma vantagem qualquer resultante para ela, direta ou indiretamente, do presente Acordo, está sendo anulada ou reduzida, ou que um dos objetivos do Acordo está sendo dificultado, em consequência: (a) do não cumprimento por outra das Partes Contratantes dos compromissos pela mesma assumidos em virtude do presente Acordo; (b) da aplicação por outra das Partes Contratantes de uma medida, contrária ou não às disposições do presente Acordo; ou (c) da existência de qualquer outra situação, dita Parte Contratante, a fim de obter solução satisfatória para a questão, poderá dirigir representações ou propostas por escrito à outra ou outras Partes Contratantes que lhe parecerem interessadas. Qualquer Parte Contratante, por essa forma interpelada, examinará, com boa vontade, as representações ou propostas que lhe tenham sido dirigidas.

2. Se as Partes Contratantes interessadas não chegarem a um Acordo satisfatório dentro de um prazo razoável, ou se a dificuldade for uma das previstas no § 1 (c) deste artigo, a questão poderá ser submetida às Partes Contratantes. As Partes Contratantes iniciarão, sem demora, uma investigação sobre qualquer assunto que lhes seja submetido e, se julgarem conveniente, dirigirão recomendações especiais e apropriadas às partes Contratantes que julguem interessadas, ou baixarão normas sobre a questão. As Partes Contratantes, quando acharem necessário, poderão efetuar consultas com as outras Partes Contratantes, com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e com qualquer outra organização intergovernamental competente. Se elas consideram que as circunstâncias são suficientemente graves para justificar uma tal medida, poderão autorizar uma ou várias Partes Contratantes a suspender, com respeito a tal outra ou tais outras Partes Contratantes, a aplicação de qualquer concessão ou outra obrigação resultantes do Acordo geral cuja suspensão justificada elas examinarão, levando em conta as circunstâncias. Se uma tal concessão ou outra obrigação, for efetivamente suspensa com respeito a uma Parte Contratante, será permitido à referida Parte Contratante, no prazo de 60 dias, a contar da data da aplicação desta suspensão, notificar por escrito ao Secretário Executivo das Partes Contratantes, sua intenção de denunciar o Acordo geral; esta denúncia se efetuará ao término do prazo de 60 dias, contados a partir da data em que o Secretário executivo das Partes Contratantes tiver recebido a aludida notificação.” Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/omc/acordos/gatt47port.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

procedimento, presumia somente a possibilidade de um Estado expor declarações e propostas a outro Estado quando constataste danos comerciais provenientes de medidas adotadas.

Note-se que, na fase inicial do sistema multilateral de comércio contemporâneo, estes mecanismos de solução de controvérsias eram bastante limitados. No entanto, tais dispositivos legais revelaram-se de grande alcance, tanto do ponto de vista dos procedimentos quanto da substância do sistema⁶⁵. Na falta de um sistema predefinido e bem elaborado, começaram a ser reproduzidos procedimentos acordados entre os Estados, embasados nestes Artigos, que passaram a ser considerados pilares da evolução do sistema de solução de controvérsias até o presente.

O mecanismo vigente no GATT, que perdurou de 1948 a 1995, pautava-se na “solução negociada entre os contendores⁶⁶”. Até 1950, os conflitos eram solucionados exclusivamente por via diplomática. Posteriormente, as Partes contratantes passaram a apresentar seus problemas a um grupo de especialistas – chamado de *panel*⁶⁷, ou Grupo Especial –, indicado “pelo Secretariado do GATT e, geralmente, aceitos pelas Partes, sob pena de serem impostos pelo Diretor-Geral⁶⁸.” O *panel* funcionava como uma instância neutra incumbida de fazer relatórios, conforme sua convicção, com recomendações às Partes⁶⁹. Estas recomendações, no entanto, não eram obrigatórias às Partes, já que havia a possibilidade de qualquer destes Membros atrasarem ou bloquearem uma decisão. O relatório somente era aprovado pelo Conselho Geral se houvesse consenso unânime entre os Membros, inclusive a Parte perdedora. Caso essa discordasse, a opinião dos especialistas seria desconsiderada, ou seja, não se tornaria efetiva. Assim, os países derrotados valiam-se,

⁶⁵ COZENDEY, Carlos Márcio Bicalho. **O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: para além dos contenciosos, a política externa**. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LX%20CAD/Direito/5_Artigo_Contenciosos_OMC_Diretor_DEC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.

⁶⁶ BARRAL, 2007, p.53.

⁶⁷ O termo oficial é grupo especial, no entanto, a maioria dos estudiosos da OMC adota a expressão anglo-saxã “panel”. No Brasil, utiliza-se comumente o termo “painel”.

⁶⁸ PEREIRA, Ana Cristina Paulo. Solução de Controvérsias na OMC: Teoria e Prática. In: PEREIRA, Ana Cristina Paulo. **Direito Internacional do Comércio: Mecanismos de Solução de Controvérsias e Casos Concretos na OMC**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. p.3.

⁶⁹ PINHEIRO, 2007, p.92-3. “Nos casos em que as partes efetuavam um acordo bilateral, a tarefa do grupo especial era simplesmente reportar a solução mutualmente alcançada e o procedimento era encerrado. Um número grande de disputas foi encerrado por meio de acordos bilaterais. Nos casos em que acordos não eram alcançados, [...] as Partes Contratantes poderiam efetuar determinação sobre a inconsistência de uma medida adotada por qualquer parte, recomendando seu abandono, adotado o relatório do grupo especial. Os relatórios dos grupos especiais eram adotados pelo Conselho com obrigatoriedade conferida pelo art. XXIII:2.”

em inúmeras vezes, da prerrogativa de bloquear ou postergar o estabelecimento dos painéis ou a adoção de seus relatórios⁷⁰.

Amaral Júnior sustenta que, na época do GATT, as Partes Contratantes investigavam, efetuavam recomendações e decidiam as matérias a elas submetidas, podendo inclusive, em caso de maior gravidade, autorizar a suspensão de obrigações assumidas⁷¹. O GATT priorizou métodos diplomáticos para solucionar os conflitos, de modo que não havia menção à possibilidade de se recorrer a um tribunal internacional, como a Corte Internacional de Justiça (CIJ).

Nesse sentido, no que concerne ao procedimento,

[...] uma controvérsia que as partes não resolvessem por meio de consultas era, no início, tratada pelas *working parties* conforme o Artigo XXIII:2. Essas *working parties* eram representantes de todas as partes contratantes interessadas, incluindo as partes em disputa, e as decisões eram tomadas por consenso. A partir dos anos 50, entretanto, uma controvérsia era inicialmente examinada por um denominado “painel” de três a cinco peritos independentes das Partes Contratantes do GATT que não estivessem envolvidas na controvérsia. Esse painel relatava então ao Conselho do GATT, composto por todas as Partes Contratantes, que teria de adotar por consenso as recomendações e conclusões do painel para que pudessem se tornar legalmente vinculantes entre as partes em disputa. Os procedimentos e práticas para solução de controvérsias, que foram desenvolvidos ao longo dos anos de maneira *ad hoc* pragmática, foram progressivamente codificados e suplementados por decisões e entendimentos sobre solução de controvérsias adotados pelas Partes Contratantes. Em 1983, o Escritório Jurídico do GATT foi estabelecido dentro do Secretariado do GATT para ajudar os painéis, composto frequentemente dos diplomatas de comércio sem treinamento legal, com a minuta dos relatórios do painel. Como resultado, a qualidade legal do relatório do painel foi aprimorada e a confiança das partes contratantes no sistema aumentou. Durante os anos 80, os relatórios de painéis anteriores foram cada vez mais usados como espécie de “precedente”, e os painéis começaram a usar regras habituais de interpretação das regras de direito internacional público⁷².

No tocante ao papel fundamental do sistema de solução de controvérsias do GATT, John Jackson relata que:

⁷⁰ Conforme Rosenberg (2009, tomo I, p.97), a característica que colocava em xeque a eficácia do mecanismo de solução de controvérsias está relacionada ao fato de que o próprio Estado cuja conduta estava sendo questionada compunha o Conselho de Representantes do GATT, que deveria aprovar, por unanimidade, o início dos procedimentos, assim como a decisão proferida. A cláusula da unanimidade positiva representava o maior empecilho à efetividade e eficácia do mecanismo de solução de controvérsias do GATT e do sistema multilateral como um todo.

⁷¹ AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **A Solução de Controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008. p.94.

⁷² UNITED NATIONS (2003). **Curso de Solução de Disputas em Comércio Internacional, Investimento e Propriedade Intelectual**. p.42-3. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/edmmisc232add11_pt.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

[...] algumas pessoas achavam que o objetivo da solução de controvérsias do GATT era simplesmente facilitar o estabelecimento, pelas Partes Contratantes, de disputas entre elas a respeito de assuntos do GATT. Por outro lado, havia uma outra corrente de opinião que acreditava que o procedimento de solução de controvérsias desempenhava um papel muito mais significativo no fornecimento de um julgamento por um terceiro imparcial sobre questões jurídicas vitais para o cumprimento das obrigações do GATT; e, nesse processo, os relatórios de procedimentos do painel seriam eficazes em relação ao desenvolvimento de uma “jurisprudência” e ao registro de práticas, no âmbito do GATT, que se tornariam parte do material sobre o qual os governos poderiam basear suas interpretações do GATT e teriam à sua disposição, portanto, uma maior precisão, previsibilidade e estabilidade das regras do Acordo⁷³. (tradução do autor)

Os métodos de solução dos conflitos eram, portanto, de natureza diplomática. Logo, havia muitas críticas quanto à segurança das recomendações feitas pelo relatório dos painéis que fossem acolhidos pelo demandado, já que a aplicação de uma recomendação dependeria de entendimentos futuros obtidos somente no curso das negociações⁷⁴. Consequentemente, o sistema de solução de controvérsias do GATT teve falhas graves⁷⁵, que ficaram mais evidentes nos anos 80 e início dos anos 90, “a despeito do declínio do nível de cumprimento das decisões”⁷⁶. As críticas voltadas para a solução de controvérsias no âmbito do GATT elencavam os seguintes aspectos:

⁷³ JACKSON, John H. **Dispute Settlement and the WTO. Background note for conference on developing countries and the new round multilateral of trade negotiations**. Cambridge: Harvard University Press. p.2. Disponível em: <http://www.iatp.org/files/Dispute_Settlement_and_the_WTO.pdf>. Acesso em: 19 out. 2014. Tradução de: “[...] some persons felt that the purpose of the GATT dispute settlement was simply to facilitate the settlement by government contraction parties to the GATT, of disputes between them regarding GATT matters. On the other hand, there was another body of opinion that felt that the dispute settlement procedure played a much more significant role in providing an impartial third-party judgment on vital legal questions about implementation of the GATT obligations, and in that process the reports of panel proceedings would be effective in developing a “jurisprudence” and record of practice under the GATT agreement which would then become part of the material on which governments could base interpretations of the GATT and thus have available to them greater precision, predictability, and stability of the GATT rules.”

⁷⁴ AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **A Solução de Controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008. p.98.

⁷⁵ John H. Jackson (1998, p.71) listou as falhas do sistema da seguinte forma: “*The sparse language gave little detail about goals or procedures. The imprecise power of the Contracting Parties concerning supervision of the dispute settlement process led to the practice of requiring consensus for many decisions, and this gave rise to two ‘blocking’ defects, whereby a Contracting Party unwilling to submit to the dispute procedure or unwilling to accept a panel report could block a decision by raising an objection which then prevented ‘consensus’.* The first blocking potential could occur at the time of request for a panel procedure by a complaining party; the defendant sometimes would block this decision, although by about the mid-1980s such blocking vote became diplomatically very difficult to use. The second and more serious blocking problem would occur at the time the GATT Council (or a committee for one of the Tokyo Round agreement procedures) would be asked to ‘adopt’ a panel report. During the 1980s various attempts to resolve this problem were proposed, but none succeeded. Because there were separate dispute settlement procedures in various Tokyo Round-specific ‘Code’ Agreements, dispute settlement procedures were fragmented; also, some disputes would occur over which procedure to use. There had been several unfortunate instances of a Contracting Party government interfering with potential panel decisions by inappropriately pressuring a particular panelist.”

⁷⁶ AMARAL JÚNIOR, op. cit.

A demora e incerteza intrínsecas ao procedimento, já que inexistia um direito à constituição do painel, pois as partes contratantes deliberavam sobre a sua criação de forma discricionária. Não havia limites temporais para as várias fases em que o procedimento se desdobrava, como as consultas, o pedido de instituição de um painel e o julgamento final da disputa; a ausência de rigor e clareza das decisões; a dúvida relativa à adoção do relatório elaborado pelo painel, devido à predominância da regra do consenso; a lentidão em se adotarem as recomendações constantes dos relatórios e o descumprimento parcial ou total da decisão proferida⁷⁷.

Na visão de Ana Carla Bliacheriene, a forma como se procedia no sistema GATT 1947:

gerava um cenário internacional *sui generis*, no qual os países menos desenvolvidos montavam uma agenda política negativa de modo que inibisse o consenso, até que os países desenvolvidos cedessem nos pontos de interesses daqueles⁷⁸.

Diante das falhas do sistema, muitos Estados que se sentiam lesados preferiam adotar medidas unilaterais e embargos ao invés de acionar os mecanismos previstos no GATT. A tomada destas providências causava dois graves problemas ao sistema daquela época. Primeiramente, somente os países com maior poder econômico e político tinham condições de aplicar tais sanções⁷⁹. O segundo problema relacionava-se ao fato de que o sistema não internalizava os efeitos dos conflitos nascidos no âmbito do GATT, quando estes eram resolvidos bilateralmente.

Com o intuito de suprimir essas lacunas no sistema, as Partes Contratantes adotaram, por consenso, diversos instrumentos jurídicos. Ressalta-se, pois:

- A Decisão das Partes Contratantes de 5 de abril de 1966, que estabelece algumas regras procedimentais diferenciadas para os países em desenvolvimento;
- A Decisão das Partes Contratantes de 1979, pela qual adota-se o Entendimento relativo à Notificação, Consultas, Solução de Controvérsias e Controle, juntamente com um anexo, onde se encontra a Descrição das Práticas Costumeiras do GATT no Âmbito da Solução de Controvérsias;
- A Declaração Ministerial de 29 de novembro de 1982, a qual inicia a rodada de negociações do Uruguai, contendo disposições específicas ao procedimento de solução de controvérsias, as quais foram ampliadas pelas Partes Contratantes em 1984;
- A Decisão das Partes Contratantes de 12 de abril de 1989, a qual adota melhorias nas regras e procedimentos do mecanismo de solução de

⁷⁷ AMARAL JÚNIOR, 2008, p.98.

⁷⁸ BLIACHERIENE, Ana Carla. Organização Mundial do Comércio: Origens, Princípios, Aspectos Normativos e Institucionais, Método Decisório e Solução de Controvérsias. In: BLIACHERIENE, Ana Carla (Org.). **Defesa Comercial**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p.99.

⁷⁹ Como bem aponta Ronseberg (2009, p.98), o poder econômico era necessário para que o embargo surtisse algum efeito no outro Estado e o político fazia com que um Estado decidisse efetivamente assumir no cenário internacional tal medida.

controvérsias, a serem utilizadas em caráter provisório até a conclusão da rodada Uruguai⁸⁰.

Com o passar do tempo, o GATT progrediu gradativamente para um sistema cada vez mais jurisdicionalizado. O que se viu foi a evolução de um sistema de solução de controvérsias baseado no poder, mediante negociações diplomáticas, até um sistema fundado em regras para solucionar disputas por meio do julgamento vinculante⁸¹. Mesmo com falhas, o procedimento existente no GATT demonstrou ser “capaz de assegurar o equilíbrio entre os direitos e as obrigações das partes”, em boa parte do seu período de funcionamento⁸². Entre 1948 e 1994, foram emitidos 132 relatórios de solução de controvérsias do GATT⁸³ e houve a adoção de 101 relatórios de painéis⁸⁴.

Ainda que o sistema do GATT tenha sofrido transformações, sua principal deficiência em relação à regra do consenso esteve presente até o estabelecimento da OMC. Não obstante, houve a crescente necessidade de uma revisão do mecanismo de solução de controvérsias, sobretudo quanto à imposição de contramedidas. Era preciso consolidar um mecanismo mais bem elaborado, eficaz e eficiente, que proporcionasse segurança e previsibilidade ao sistema. A Rodada Uruguai se encarregou de concretizar esta demanda.

2.1.2 Evolução do sistema de solução de disputas: necessidade de regras mais previsíveis

Como foi demonstrado no tópico anterior, o sistema de que dispõe a OMC não é um aparato novo, tampouco surgiu por acaso. Além da criação da referida organização, estava incluído na agenda de negociações da Rodada Uruguai, como ponto extremamente relevante, o aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias existente à época, devido ao crescimento do comércio mundial e o aumento do choque de interesses econômicos entre os países⁸⁵. Muitos especulavam que os esforços realizados no decurso

⁸⁰ PEREIRA, Ana Cristina Paulo. Solução de Controvérsias na OMC: Teoria e Prática. In: PEREIRA, Ana Cristina Paulo. **Direito Internacional do Comércio: Mecanismos de Solução de Controvérsias e Casos Concretos na OMC**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. p.3.

⁸¹ UNITED NATIONS, 2003, p.43.

⁸² AMARAL JÚNIOR, 2008, p.98.

⁸³ VAN DEN BOSSCHE, 2008, p.169. Ver nota de rodapé n. 2.

⁸⁴ Os documentos oficiais da OMC relativos aos casos trazidos à apreciação do OSC na época do GATT 1947 podem ser localizados no sítio: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/gt47ds_e.htm>. Acesso em: 19 out. 2014.

⁸⁵ PRAZERES, Tatiana Lacerda. O Sistema de Solução de Controvérsias. In: BARRAL, Welber Oliveira (Org.). **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. p.41.

dos dez anos de negociação corriam o risco de cair em vão, caso o sistema não dispusesse de um mecanismo de *enforcement* adequado, que assegurasse a eficácia do sistema multilateral do comércio⁸⁶. Finalmente, o mecanismo foi reformado e codificado ao final da Rodada. Com o propósito de garantir a segurança e a previsibilidade do sistema, o novo mecanismo foi detalhado no Anexo II do Acordo Constitutivo da OMC, passando a chamar-se Entendimento relativo a Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias (ESC)⁸⁷.

O atual modelo de solução de controvérsias da OMC, que se baseou no sistema elaborado ao longo de quase cinco décadas de vigência do GATT, é um sistema único e bem-sucedido. Desde o dia 1º de janeiro de 1995, o sistema de solução de controvérsias da OMC, considerado o mais produtivo e eficaz de todos os sistemas internacionais de solução de conflitos, já recebeu um total de 485 reclamações⁸⁸.

Até o presente, este sistema tem utilizado a “jurisprudência diplomática” do GATT para auxiliar na resolução das disputas levadas a ele. Os procedimentos de solução de controvérsias, segundo John Jackson⁸⁹, têm aumentado sua importância como parte essencial das relações econômicas internacionais e da diplomacia. Isto porque as regras operantes do referido sistema extinguem a possibilidade de ações unilaterais⁹⁰ cada vez que um dos Membros entende que seus direitos estão sendo desrespeitados, sujeitando a todos os procedimentos estipulados antes da adoção de qualquer ação retaliatória⁹¹.

Para Celso Lafer:

É precisamente para evitar o unilateralismo político da interpretação e conter o *selfhelp* na sua aplicação por meio de ‘retorsões’ e ‘represálias comerciais’ que o sistema multilateral de solução de controvérsias da OMC foi concebido, enquanto um mecanismo *rule oriented*, na linha grociana, destinado a “domesticar” as tendências unilaterais das “razões de estado” *power oriented*⁹².

⁸⁶ ROSENBERG, 2009, p.100.

⁸⁷ *WTO Dispute Settlement Understanding – DSU*, sigla em inglês.

Parte integrante do Acordo da OMC, o DSU, presente no Anexo 2, é um procedimento multilateral considerado uma das realizações mais importantes das negociações da Rodada Uruguai.

⁸⁸ Dado obtido das estatísticas publicadas na página oficial da OMC na Internet até 08 nov. 2014.

⁸⁹ JACKSON, John H. **The World Trade Organization: Constitution and Jurisprudence**. London: the Royal Institute of International Affairs, 1998. p.59.

⁹⁰ Um dos motivos que levaram às negociações do DSU foi a preocupação com as ações unilaterais dos Estados Unidos contra o que se considerava violação do GATT.

⁹¹ FERRACIOLI, 2007, p.10.

⁹² LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. p.110.

Tal Entendimento⁹³ é constituído de 27 artigos e 4 Apêndices, que estabelecem as regras e os procedimentos aplicáveis a disputas entre Membros, referentes aos acordos abrangidos pela OMC⁹⁴. As disposições gerais do sistema estão elencados no artigo 3 do ESC. Conforme a redação do artigo 3.1: “Os Membros afirmam sua adesão aos princípios de solução de controvérsias aplicados até o momento com base nos artigos XXII e XXIII do GATT 1947 e ao procedimento elaborado e modificado pelo presente instrumento⁹⁵.”

Por ser elementar para proporcionar segurança e previsibilidade ao sistema multilateral de comércio, o sistema de solução de controvérsias da OMC torna-se fundamental para a preservação dos direitos e das obrigações dos Membros dentro dos parâmetros dos acordos e para esclarecer as disposições vigentes desses acordos, em conformidade com as normas costumeiras de interpretação do direito internacional público⁹⁶. Seu principal objetivo é assegurar uma solução positiva para as controvérsias, de preferência um acordo que seja mutuamente aceitável às partes em disputa⁹⁷. Além disso, o sistema possibilita aos Membros uma compensação pela violação das obrigações, anulação ou prejuízo dos benefícios através de procedimentos multilaterais previstos no ESC, ao invés de ações unilaterais.

⁹³ KLOR, Adriana Dreyzin de. et al. **Solução de controvérsias: OMC, União Europeia e Mercosul**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004. p.15-6. Disponível em: <<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/03300.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Assim, podem-se destacar como características fundamentais do ESC: a) Trata-se de um sistema quase judicial, tornando independente das demais partes contratantes e dos demais órgãos da OMC; b) Cria um mecanismo obrigatório para os Membros da OMC, sem necessidade de acordos adicionais para firmar a jurisdição daquela organização internacional em matéria de conflitos relativos a seus acordos; c) O sistema é quase automático, e somente poderá ser interrompido pelo consenso entre as partes envolvidas na controvérsia, ou pelo consenso entre todos os Membros da OMC para interromper uma fase (“consenso verbal”); d) O sistema pode interpretar as regras dos acordos da OMC, mas não aumentar nem diminuir os direitos e obrigações de seus Membros; e) O sistema termina com a possibilidade, constantemente adotada durante o GATT, de que um Membro da OMC possa interpor sanções unilaterais em matéria comercial, sem que a controvérsia tenha sido previamente avaliada pela OMC; f) Finalmente, o ESC determina exclusividade do sistema para solucionar controvérsias envolvendo todos os acordos da OMC, eliminando desta forma a proliferação de mecanismos distintos, como ocorreria à época do GATT-1947; foram mantidas ainda algumas regras excepcionais, mas que não destoam fundamentalmente do procedimento geral adotado.

⁹⁴ PRAZERES, 2000, p.47.

⁹⁵ O texto do Entendimento Relativo a Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias está disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/copy_of_desenvolvimento-comercio-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio/solucao-de-controversias/cgc/entendimento-relativo-as-normas-e-procedimentos-sobre-solucao-de-controversias>. Acesso em: 30 out. 2014.

⁹⁶ Cf. art. 3.2 do DSU.

⁹⁷ Vide art. 3:7 do DSU. Ver também art. 3.4.

Jurisdição da OMC

A jurisdição do sistema de solução de controvérsias é bem ampla, pois abrange todas as disputas emergentes entre os Membros da OMC no âmbito dos chamados “acordos abrangidos”⁹⁸. São aqueles listados no Apêndice 1 do ESC: o Acordo Constitutivo da OMC, Acordos Comerciais Multilaterais e Acordos Comerciais Plurilaterais⁹⁹.

Além disso, Van den Bossche a descreve como sendo de natureza compulsória, exclusiva e contenciosa. Ao contrário do que ocorre na Corte Internacional de Justiça, não é preciso que a parte reclamada aceite a jurisdição do sistema de solução de controvérsias para resolver uma disputa específica, pois nenhum Membro pode se esquivar da jurisdição do sistema quando outro Membro surge com uma controvérsia. O artigo 23 do ESC estabelece que, na intenção de solucionar um conflito em relação ao Direito da OMC, o Membro desta organização internacional só poderá submeter o litígio exclusivamente ao sistema de solução de controvérsias da OMC. Assim, não há possibilidade de uma disputa ser apreciada pela CIJ. Nesse sentido, Silvia Pinheiro afirma:

Um Estado-Parte em uma controvérsia não pode se apoiar em sua soberania para escapar das obrigações, uma vez dado o consentimento. Expressando sua vontade de recorrer à forma jurisdicional para a solução pacífica de suas controvérsias, o Estado se coloca *ipso facto* sob o império das regras de direito objetivo que dominam o processo internacional, limitam sua soberania e lhe impõem certas obrigações¹⁰⁰.

As principais alterações introduzidas pelo Entendimento sobre Solução de Controvérsias foram a unificação de procedimentos; a inversão da regra do consenso e a criação de um Órgão de Apelação. Sobre isso, Tatiana Prazeres explica que:

- i. A unificação de procedimentos representa a criação de um único modelo de solução de controvérsias independente da matéria tratada, solução que substitui a dispersão trazida pelos diversos códigos introduzidos pela Rodada Tóquio – o que representa, para Lafer, um risco de fragmentação da própria OMC. Jackson alerta para o fato de que o objetivo de uniformização de procedimento ainda não foi completamente alcançado, já que os acordos sobre subsídios e têxteis, p. ex., trazem algumas regras processuais, que podem dar margem a controvérsias quanto ao procedimento a ser adotado.
- ii. A inversão da regra do consenso (*reverse consensus*) representa talvez a mudança mais esperada para a efetividade do sistema de solução de

⁹⁸ Com exceção do Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais.

⁹⁹ UNITED NATIONS, 2003, p.46. Acordos Plurilaterais de comércio são acordos questionáveis sujeitos à adoção de uma decisão pelas partes desses acordos estabelecendo os termos para a aplicação do DSU (Apêndice 1 do DSU). Dos dois acordos plurilaterais atualmente em vigor, somente o acordo sobre Compras Governamentais é um acordo abrangido. Com exceção do Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais.

¹⁰⁰ PINHEIRO, 2007, p.39.

controvérsias, ao extinguir a possibilidade do bloqueio do mecanismo pelo interesse de apenas um Estado membro. Pelo modelo anterior ao ESC, o estabelecimento de um painel ou a adoção do relatório do painel poderia ser obstado se um dos Estados Membros da OMC assim desejasse. A partir do ESC, isso ocorrerá apenas se todos os Estados Membros recusarem o estabelecimento do painel ou a adoção de seu relatório. Antes, o procedimento seria interrompido quando um membro não o desejasse; agora, será interrompido apenas se todos os membros o rejeitarem.

iii. a criação de um Órgão de Apelação representa uma evolução significativa no procedimento da OMC. A expectativa é que a decisão do Órgão de Apelação impeça às partes perdedoras alegarem, como escusa para o não-cumprimento, que o resultado da solução da disputa foi injusto, errôneo ou incompleto porque algum argumento não foi considerado. Importa registrar que o Órgão de Apelação deverá limitar-se às questões de direito ou às interpretações jurídicas de questões controvertidas no painel, conforme artigo 17:6 do ESC¹⁰¹.

Estrutura do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC

O ESC prevê uma estrutura específica de instituições envolvidas nas soluções de controvérsias, composta por uma instituição política e duas instituições judiciais independentes. Trata-se, respectivamente, do OSC, dos painéis *ad hoc* e do Órgão de Apelação permanente.

O OSC, chamado em inglês de *Dispute Settlement Body – DSB*, é o *alter ego* do Conselho Geral da OMC¹⁰², que exerce a função tanto de Órgão de Solução de Controvérsias como de Órgão Revisor de Política Comercial¹⁰³. Embora seja composto por todos os Membros da Organização, tal qual o Conselho Geral, “seu quadro de funcionários e seu presidente são próprios¹⁰⁴”. O presidente (*chairperson*), detentor de funções procedimentais¹⁰⁵, é geralmente um dos embaixadores dos Membros lotados em Genebra, cuja nomeação se dá por consenso.

Considerado uma das instituições mais atuantes e dinâmicas das relações interestatais, o OSC encarrega-se de administrar o sistema de solução de controvérsias, mas não tem competência para julgar os casos. Nos termos do artigo 2.1 do ESC, compete ao OSC (i) estabelecer grupos especiais, também chamados de painéis; (ii) adotar relatórios elaborados por estes painéis e pelo Órgão de Apelação, tornando as recomendações contidas nestes relatórios legalmente obrigatórias; (iii) fiscalizar a implementação das determinações

¹⁰¹ PRAZERES, 2000, p.47-8.

¹⁰² UNITED NATION, 2003, p.53.

¹⁰³ BRAZ, Mario Sergio Araujo. **Retaliação na OMC**. Curitiba: Juruá, 2006. p.56.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ Ibid. p.57-8. As funções do presidente do OSC envolvem enviar informações aos membros, presidir reuniões do órgão, enumerar os assuntos em pauta, passar a palavra às delegações, entre outras.

contidas nos relatórios dos painéis e do Órgão de Apelação; e (iv) aprovar a suspensão de concessões e outras obrigações estabelecidas pelos acordos abrangidos caso um Membro não implemente as decisões e recomendações adotadas.

O artigo 2.4 do ESC determina que as decisões tomadas pelo OSC devam ser por consenso. Entretanto, a maioria das decisões essenciais referentes são tomadas por consenso reverso, de modo que as decisões se tornam automáticas. Ademais, o OSC deve se reunir com a frequência necessária para cumprir com suas funções dentro dos rigorosos prazos estabelecidos pelo ESC¹⁰⁶.

Os grupos especiais, também chamados de painéis ou ainda *panel*, são órgãos *ad hoc* que auxiliam o OSC. Eles têm a finalidade de julgar controvérsias e, após o cumprimento dessa função, são extintos. Em regra, os painéis são compostos por três pessoas qualificadas, atuantes na área de comércio, que podem ser funcionários governamentais ou diplomatas, ou até mesmo acadêmicos e advogados praticantes. Seus integrantes não podem ser nacionais dos Membros envolvidos na disputa, inclusive de terceiros interessados¹⁰⁷. Para a escolha dos integrantes, o Secretariado se vale de uma lista indicativa de pessoas. Os Membros podem sugerir nomes de indivíduos a serem incluídos na lista.

Já o Órgão de Apelação funciona como a corte segunda instância da OMC. Ao contrário dos painéis, o Órgão de Apelação é um tribunal internacional permanente formado por sete pessoas de reconhecida experiência no âmbito do Direito, do comércio internacional e da temática abordada nos acordos da OMC. Ele realiza audiências e julgamentos em Divisões constituídas por três de seus integrantes.

Seus integrantes, referidos como os membros do Órgão de Apelação, são nomeados pelo OSC para um mandato de quatro anos, podendo ser renovado por uma vez. Esta composição dos integrantes do Órgão de Apelação deve ser representativa dos Membros da OMC¹⁰⁸. Os integrantes do Órgão de Apelação devem estar disponíveis permanentemente e devem manter-se inteirados com as atividades de soluções de controvérsias e das demais atividades relevantes da OMC.

Os procedimentos relativos aos grupos especiais e ao Órgão de Apelação serão mais bem explorados na seção a seguir.

¹⁰⁶ UNITED NATIONS, 2003, p.53. Na prática, o DSB tem uma reunião regularmente programada por mês e, além dessa, uma série de reuniões especiais são convocadas de acordo com a necessidade.

¹⁰⁷ Ver artigo 8 do ESC.

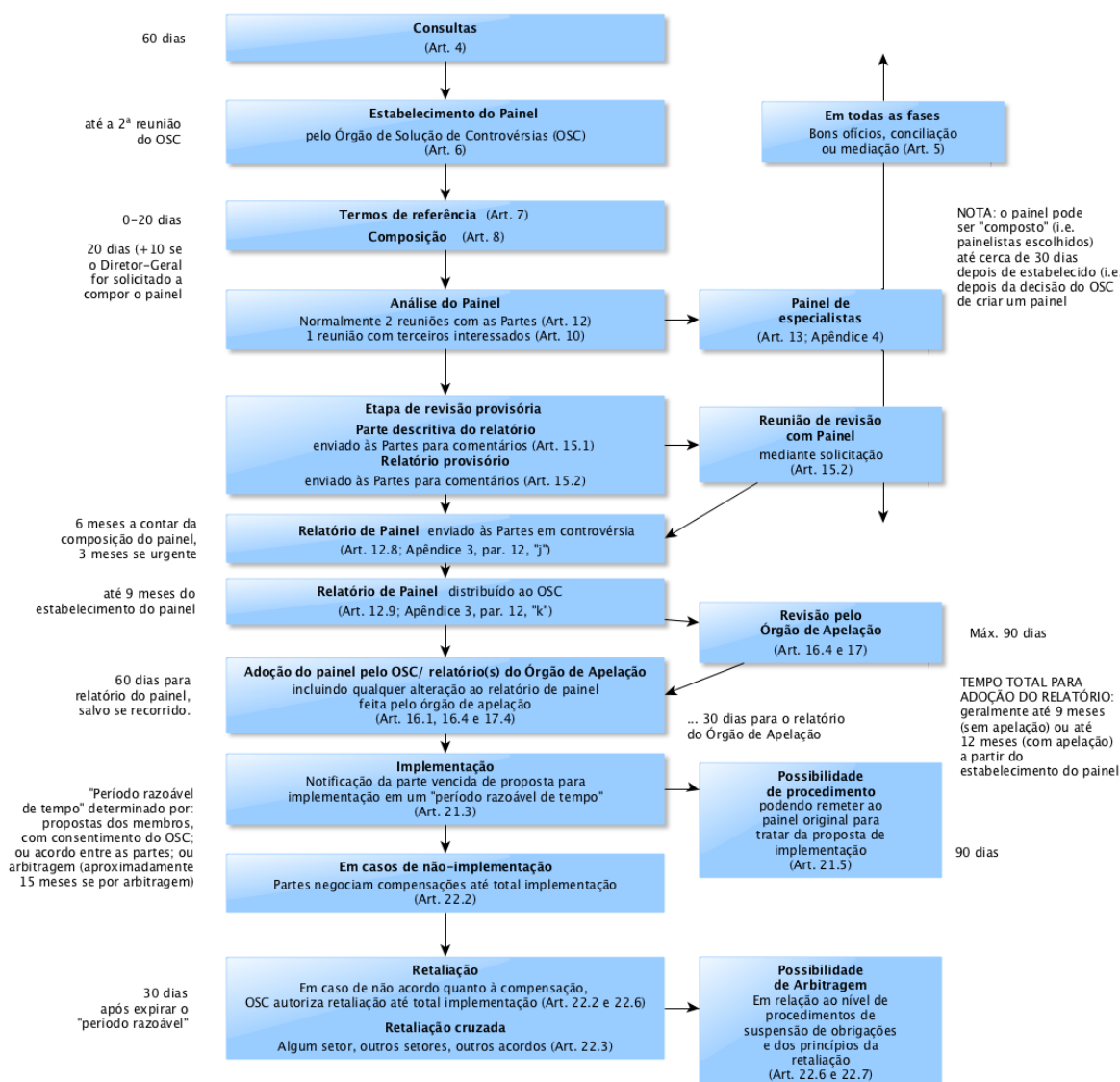
¹⁰⁸ UNITED NATIONS, op. cit. p.54.

2.1.3 Etapas do processo de Solução de Controvérsias na OMC

O regime processual do sistema de solução de controvérsias da OMC envolve quatro fases principais: consultas, painel, apelação e implementação das decisões adotadas pelo OSC. Todas as etapas mencionadas estão previstas no ESC, principal instrumento jurídico que regula a solução de controvérsias na OMC.

A figura 2 abaixo ilustra as principais etapas.

Figura 2
Fases do procedimento de solução de controvérsias da OMC¹⁰⁹



Fonte: OMC

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/disp2_e.htm>. Acesso em 11 nov. 2014. A duração de cada etapa do processo demonstrada neste fluxograma reflete o mínimo ou o máximo indicado no ESC e não a prática atual.

Antes de tratar de cada etapa, faz-se necessário destacar duas características do processo de solução de controvérsias. A primeira característica do processo é referente aos prazos curtos dos procedimentos relativos ao painel e o Órgão de Apelação. Além disso, os procedimentos de solução de controvérsias se caracterizam pela confidencialidade. Todas as etapas são confidenciais, com exceção do relatório provisório (*interim report*) e do relatório final do painel que perdem essa condição de confidencialidade quando publicados.

Consultas

Já é sabido que o sistema de solução de controvérsias da OMC busca assegurar uma solução positiva à disputa e que, para evitar o contencioso, há preferência por soluções mutuamente acordadas entre as partes.¹¹⁰ O artigo 4.5 do ESC orienta os Membros da OMC em conflito a tentar obter uma solução satisfatória sem ter de recorrer a outras medidas previstas no ESC. Nesse sentido, as consultas, caracterizadas por Carla Junqueira¹¹¹ como um processo eminentemente político-diplomático, são a primeira providência. Na hipótese de um Membro se sentir lesado por outro em virtude da violação de algum acordo da OMC, primeiramente, ele deve solicitar um pedido formal de consultas¹¹².

Segundo Ana Cristina Pereira, o pedido deve ser apresentado por escrito e notificado aos Conselhos e Comitês referentes à matéria de consulta, bem como ao OSC, que o distribuirá aos outros Membros. O pedido deve conter “as razões que o fundamentam (prejuízo ou anulação de um benefício decorrente de um dos acordos abrangidos), a indicação das medidas contestadas (casos de violação) e dos dispositivos legais aplicáveis ao caso¹¹³”.

O procedimento de consultas deve ser confidencial, mas os documentos e informações fornecidos pelo reclamado podem ser utilizados, eventualmente, pelo painel, se as partes não se opuserem. As consultas são restritas às partes envolvidas na controvérsia. No entanto, se um Membro não participante quiser se juntar às consultas previamente

¹¹⁰ Ver artigo 3.7 do ESC.

¹¹¹ JUNQUEIRA, 2009, p.270.

¹¹² O ESC prevê um procedimento especial para casos envolvendo países de menor desenvolvimento relativo que são Membros da OMC. O art. 24.2 diz que: “Quando, nos casos de solução de controvérsias que envolvam um país de menor desenvolvimento relativo Membro, não for encontrada solução satisfatória no correr das consultas realizadas, o Diretor-Geral ou o Presidente do OSC deverão, a pedido do país de menor desenvolvimento Membro, oferecer seus bons ofícios, conciliação ou mediação com o objetivo de auxiliar as partes a solucionar a controvérsia antes do estabelecimento de um grupo especial. Para prestar a assistência mencionada, o Diretor-Geral ou o Presidente do OSC poderão consultar qualquer fonte que considerem necessária.”

¹¹³ PEREIRA, 2003, p.39.

solicitadas, este terá que notificar sua intenção aos Membros envolvidos e ao OSC, dentro de 10 dias, a partir da distribuição do pedido de consultas. O Membro reclamado tem o direito de recusar tal pedido de participação sob a justificativa de ausência de interesse comercial substancial do Membro que solicita as consultas, cabendo ao requerente requisitar consultas próprias, conforme os acordos da OMC¹¹⁴.

A parte consultada deve responder o pedido num período de 10 dias, a contar da data do seu recebimento, salvo se houver prazo acordado entre as partes. As consultas devem ser iniciadas em prazo não superior a 30 dias, ou em 10 dias em caso de urgência¹¹⁵, a contar da data do recebimento da solicitação. Se o reclamado não agir nos prazos reportados ou em outro prazo mutuamente acordado, o Membro solicitante poderá proceder com o pedido de estabelecimento de painel para que a disputa seja examinada. Após 60 dias (20 dias em caso de urgência), se não houver uma solução mutuamente acordada, o reclamante pode requerer ao OSC o estabelecimento de um painel, de acordo com os artigos 4.7 e 4.8 do ESC.

Painel

O estabelecimento do painel, isto é, a segunda etapa, ocorre mediante um pedido por escrito, feito pela parte reclamante e endereçado ao OSC, que pode rejeitá-lo por consenso negativo. Este pedido deve informar se as consultas foram realizadas, indicar as medidas contestadas e fornecer um sumário da fundamentação jurídica da reclamação¹¹⁶. Ana C. Pereira destaca que o fenômeno da prescrição não incide sobre o pedido de constituição do painel, assim, ele pode ser requerido a qualquer momento após a conclusão das consultas¹¹⁷.

Comumente, o grupo especial é estabelecido na primeira reunião do OSC seguinte àquela em que foi requerida a formação do painel. Se a parte reclamante solicitar, o OSC poderá convocar uma reunião dentro de 15 dias, após o pedido de estabelecimento do grupo especial; e todos os Membros deverão receber uma notificação com antecedência de ao menos 10 dias. De acordo com Carla Junqueira¹¹⁸, se outro Membro solicitar um painel sobre a mesma matéria, o OSC pode estabelecer um único painel para averiguar as reclamações.

¹¹⁴ Id.

¹¹⁵ Ver artigo 4.8 do ESC.

¹¹⁶ Condições previstas no art. 6.2 do ESC.

¹¹⁷ PEREIRA, 2003, p.41.

¹¹⁸ JUNQUEIRA, 2009, p.271.

Quanto à composição do grupo especial, os integrantes são selecionados pelo OSC. Caso as partes não concordem com a escolha dos painelistas, qualquer dos Membros envolvidos na disputa pode requerer ao Diretor-Geral, dentro de 20 dias, que indique os integrantes.

Em relação a terceiros interessados em participar dos procedimentos perante o painel, Braz afirma que, na prática, o OSC determina que os Membros informem sua intenção por escrito no prazo de 10 dias¹¹⁹. Segundo o artigo 10.3 do ESC, os terceiros autorizados recebem as comunicações das partes envolvidas na disputa durante a primeira reunião do grupo especial. O terceiro interessado pode se manifestar sobre as questões em exame na disputa, mas ele não é considerado quando o painel faz recomendações.

Nos termos do artigo 11 do ESC, é função do painel efetuar uma avaliação objetiva da matéria, incluindo uma avaliação objetiva dos fatos do caso, a aplicabilidade e a conformidade com os acordos abrangidos relevantes. Praticamente todos os painéis possuem um termo de referência, que faz menção à requisição da parte para a composição do painel. A controvérsia é julgada pelo grupo especial dentro dos limites mencionados neste termo¹²⁰. Após serem redigidos, eles são distribuídos aos demais Membros.

No que se refere ao funcionamento do painel, que está previsto no Apêndice 3 do ESC, é importante destacar também que os procedimentos do grupo especial devem ser flexíveis para assegurar a alta qualidade do relatório, sempre que essa flexibilidade não gere atraso indevido aos trabalhos do painel¹²¹. Os painelistas devem determinar um cronograma de trabalho, estipulando prazos exatos para a submissão de petições escritas pelas partes ou por terceiros interessados na disputa. A parte demandante é a primeira a apresentar seus argumentos, em seguida, a parte demandada.

Nos termos do artigo 12.7 do ESC, não havendo uma solução mutuamente satisfatória, o painel deve emitir um relatório com recomendações, a partir do exame dos fatos e da aplicabilidade das normas pertinentes. Se houver acordo que elimine a controvérsia, o relatório do painel se limitará a descrever o caso e indicar que a solução foi encontrada entre as partes.

O esboço do relatório deve passar pela etapa intermediária de exame, momento em que há apresentação de réplica e argumentação oral das partes. Depois o painel deve submeter a parte descritiva do relatório aos comentários das partes. Posteriormente, o painel

¹¹⁹ BRAZ, 2006, p.69. Ver também art. 10 do ESC.

¹²⁰ PEREIRA, 2003, p.43

¹²¹ Ver artigo 12.2 do ESC.

deve elaborar o relatório provisório (*interim report*) que deve ser enviado às partes para eventuais comentários e objeções antes de sua publicação. Após essa revisão preliminar, o relatório é divulgado aos demais Membros da OMC. “Decorridos vinte dias de tal divulgação, o relatório poderá ser considerado pelo OSC para adoção¹²²”. Se o OSC ou nenhum Membro se opor a ele, a adoção do relatório do grupo especial é realizada dentro de 60 dias posteriores a sua divulgação, salvo se uma das partes apelar da decisão.

Os procedimentos do grupo especial não podem ultrapassar o prazo de seis meses, e em caso de urgência esse prazo é de três meses. Quando o painel não puder divulgar o relatório dentro do prazo, seus membros devem informar, ao OSC, as razões do atraso por escrito e uma estimativa de prazo de entrega. Para tanto, o ESC prevê, em seu artigo 12.9, que a divulgação do relatório não pode exceder a nove meses. Ressalta-se que o reclamante pode requerer, a qualquer tempo, a suspensão dos trabalhos dos grupos especiais por um período de no máximo 12 meses¹²³. Após esse período, a autoridade do painel caducará.

Se, após o exame dos fatos, o painel constatar que há alguma prática comercial inconsistente com os acordos da OMC, ele recomendará, por meio do relatório definitivo, que o Membro demandado adote medidas necessárias para eliminar a prática desleal. O painel poderá sugerir, também, as formas para que o Membro se adéque aos dispositivos violados. Apesar disso, as partes não são obrigadas à cumprir com tais recomendações, pois o relatório não tem efeito vinculante¹²⁴.

Apelação

A parte que desejar uma nova análise da disputa já decidida por um painel deve fazê-lo perante o Órgão Permanente de Apelação por meio de uma notificação de apelação, como prevê o art. 17 do ESC. O direito de interpor recurso às decisões e recomendações do grupo especial é exclusivo das partes em controvérsia¹²⁵ e se ambas estiverem insatisfeitas com o relatório do painel, podem recorrer simultaneamente.

O artigo 17.6 do ESC determina expressamente que as apelações se restringem apenas às questões de direito ou interpretações legais tratadas no relatório do painel. Logo, questões de fato não podem ser objeto de apelação. É importante ressaltar que o recurso ao

¹²² BRAZ, 2006, p.68.

¹²³ Artigo 12.12 do ESC: Ocorrendo tal suspensão, os prazos fixados nos parágrafos 8 e 9 deste Artigo, par. 1 do Art. 20, e par. 4 do Art. 21 deverão ser prorrogados pela mesma extensão de tempo em que forem suspensos os trabalhos.

¹²⁴ JUNQUEIRA, 2009, p.272.

¹²⁵ O art. 17.4 do ESC exclui os terceiros interessados desse procedimento.

Órgão de Apelação tem efeito suspensivo, de modo que a adoção do relatório do painel fica suspensa enquanto o recurso estiver sendo apreciado em segunda instância.

O Órgão de Apelação deve determinar seus procedimentos de trabalho (*working procedures*) e informar aos Membros. Esses trabalhos são, em regra, confidenciais. Após examinadas as questões contestadas do relatório do painel, o Órgão de Apelação deve divulgar um relatório a ser adotado pelo OSC num prazo de 30 dias a partir da distribuição do documento aos Membros. Frisa-se que o OSC pode não adotá-lo, em razão de consenso negativo, o que não prejudica o direito dos Membros em opinar sobre o relatório.

O ESC determina que todos os procedimentos envolvendo a apelação não podem exceder 60 dias, a contar da data da submissão do recurso. No entanto, se o Órgão de Apelação entender que o prazo de apresentação do relatório não é suficiente, é necessário informar ao OSC, por escrito, as razões do atraso e uma estimativa de prazo. Nesse caso, o ESC permite a concessão de 30 dias adicionais.

Nos termos do artigo 17.13 do ESC, incumbe ao Órgão de Apelação, portanto, manter, modificar ou reverter as conclusões jurídicas do painel.

Implementação das recomendações e decisões ou retaliação

Se um grupo especial ou o Órgão de Apelação decide pela inconsistência de uma medida em relação a um acordo da OMC, será recomendado, no relatório final, ao Membro envolvido no caso que adéque tal medida ao acordo em questão. Importa dizer que as conclusões tanto do grupo especial quanto do Órgão de Apelação não podem ampliar ou diminuir os direitos e obrigações decorrentes dos acordos abrangidos (art. 19.2, ESC).

O processo de execução da OMC possui duas fases: o monitoramento da efetivação das decisões dos painéis e do Órgão de Apelação, adotadas pelo OSC (art. 21.1 do ESC); e a aplicação de sanções se não cumpridas as medidas¹²⁶.

Após 30 dias da adoção do relatório do painel e/ou de apelação pelo OSC, inicia-se a quarta fase, a qual visa o cumprimento da decisão ou recomendação para que haja a efetiva solução da controvérsia. Assim, a parte perdedora deve informar ao OSC sua intenção e prazo para implementar as recomendações. Sendo impossível a implementação imediata, o artigo 21.3 do ESC prevê que as partes entrem em acordo quanto ao prazo razoável (*reasonable period of time*) para o cumprimento das determinações. Não havendo acordo

¹²⁶ Ver LAFER, 1998, p.127-30.

dentro de 45 dias a partir da adoção do relatório, “o OSC determinará que se realize um procedimento arbitral¹²⁷ obrigatório para a determinação do prazo de cumprimento¹²⁸”.

Contudo, no caso de não implementação das medidas recomendadas no prazo razoável estabelecido, o Membro vencedor da controvérsia pode, ainda, negociar compensações mutuamente satisfatórias ou solicitar ao OSC o direito de retaliar a outra parte. A compensação, assim como a retaliação, é uma medida temporária e, conforme o artigo 22.1 do ESC, deve ser consistente com os acordos abrangidos¹²⁹.

Na impossibilidade de acordo sobre uma compensação satisfatória num prazo de 20 dias, a partir do término do período razoável para implementação mencionado acima, a parte que recorreu ao procedimento de solução de controvérsias pode solicitar autorização do OSC para retaliar, ou seja, “para suspender a aplicação de concessões ou de outras obrigações decorrentes dos acordos abrangidos¹³⁰”.

O artigo 22.3 do Entendimento descreve as ações a serem tomadas no processo de retaliação. Nos termos do artigo 22.3 (e) do Entendimento, se a parte decidir pela retaliação, deverá indicar em seu pedido as razões que a fundamentam - o prejuízo sofrido, a lista das medidas que quer aplicar e os produtos e setores¹³¹ - e enviá-las ao OSC, aos Conselhos e aos órgãos setoriais pertinentes. O OSC poderá conceder a autorização dentro de 30 dias, salvo se rejeitar o pedido por consenso.

Em regra, a retaliação deve ser aplicada ao mesmo setor da violação levada a questionamento perante o sistema de solução de controvérsias. Se for ineficaz suspender concessões e obrigações no mesmo setor, a parte poderá retaliar em outros setores do mesmo acordo abrangido. Se ainda assim não for eficaz, a parte pode proceder com a retaliação cruzada.

¹²⁷ Sobre o procedimento de arbitragem, ver artigo 21.3 (c) do ESC.

¹²⁸ BLIACHERIENE, 2007, p.111.

¹²⁹ Em relação à compensação, Braz (2006, p.81) ressalta que: “A obrigação de que a compensação oferecida seja consistente com os acordos da OMC faz com que muitos autores concluam ser tal recurso praticamente inócuo, cuja aplicabilidade estaria seriamente prejudicada, uma vez que a compensação oferecida deverá ser compatível com o princípio da nação mais favorecida que, em linhas gerais, determina que qualquer concessão feita por um membro da OMC a outro deve ser oferecida a todos os demais membros. Assim, qualquer tentativa de oferecimento de compensação deverá ser sempre muito cuidadosamente estudada, principalmente à luz do efeito multiplicador inerente à sua aplicabilidade obrigatória, por força da cláusula da nação mais favorecida, a todos os demais membros da OMC.”

¹³⁰ JUNQUEIRA, 2009, p.274.

¹³¹ SILVEIRA, REBECA. **O mecanismo de solução de controvérsias da OCM**. p. 16. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2007_1/rebeca_silveira.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2014.

É importante destacar que o grau da suspensão de concessões eventualmente autorizado pelo OSC deve estar na mesma proporção do grau de anulação ou prejuízo de benefício, como dispõe o artigo 22.4 do ESC.

CAPÍTULO 3 – EFETIVIDADE DOS CONTENCIOSOS NA OMC

Este capítulo final propõe-se a fazer uma avaliação da eficácia do mecanismo de solução de controvérsias da OMC sob o ponto de vista brasileiro. Para tanto, será averiguado se o sistema de solução de controvérsias é efetivo em relação ao acesso dos Membros ao sistema. Além disso, será apresentada também uma breve análise em alusão à atuação dos Membros em contenciosos perante o OSC, com destaque ao Brasil, um dos Membros que mais participa de tal aparato. Por fim, apresenta-se uma análise do contencioso do algodão, estabelecido entre Brasil e Estados Unidos.

3.1 Avaliação da efetividade do sistema de solução de controvérsias

Segundo Vera Thorstensen¹³², o sistema multilateral do comércio, que vem se consolidando ao longo dos anos, objetiva a promoção da eficiência econômica e do crescimento econômico dos países. O papel desempenhado pela OMC no processo de fortalecimento de relações comerciais, a partir da regulação do comércio internacional e da resolução de disputas, notadamente gera impactos na economia de seus Membros. Com um sistema de solução de controvérsias da OMC mais apurado, os Membros da OMC têm buscado cada vez mais acesso a ele para reduzir as barreiras ao comércio eventualmente enfrentadas por eles e aumentar o acesso a mercados.

No que concerne ao acesso aos instrumentos processuais da OMC, trata-se de um direito de todo e qualquer Membro da Organização previsto no ESC. O OSC é responsável pela segurança e previsibilidade do sistema. Além disso, o OSC opera como um “tribunal” no processo de resolução de disputas comerciais. Por isso, sua legitimidade está intrinsecamente relacionada ao reconhecimento conferido pelos Membros da OMC a este órgão no papel de assegurar o acesso à justiça.

No entanto, alguns Membros podem enfrentar barreiras ao desejarem acionar o sistema. Os países desenvolvidos têm maior facilidade de acesso ao sistema e os países em desenvolvimento (PED) que mais utilizam o mecanismo são economias grandes. Os países em menor desenvolvimento econômico (PMD), por outro lado, são quase inexpressivos, como será demonstrado na seção posterior. Os procedimentos de solução de controvérsias,

¹³² THORSTENSEN, Vera. A OMC - Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre investimentos e concorrência. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. 1, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2014.

com exceção das consultas bilaterais, costumam ser altamente onerosas para os litigantes. Dependendo do status do Membro, este fator pode influenciar o seu nível de participação perante o SSC, pois arcar com os elevados custos do processo pode acarretar em sérios problemas à economia do Membro em questão. Apesar de o sistema multilateral de comércio ter sofrido avanços significativos com a transição do GATT para a OMC, ainda é possível ver que o problema desafiador da participação de PEDs e PMDs está no custo operacional dos contenciosos para suportar a demora processual. Ainda assim, os Membros podem optar por se envolverem em contenciosos como terceiros interessados, pois é uma via de acesso mais econômica; já que a partir de um interesse substancial poderiam ser observadores das discussões desenvolvidas nos casos, apresentar petições e eventualmente serem ouvidos pelos painéis.

Os problemas do acesso à justiça estão relacionados, segundo Inez Lopes:

à falta de experiência no OSC; falta de expertise em direito do comércio internacional; alto custo para contratar advogados com larga experiência em litígios comerciais internacionais; diferenças culturais; demora no resultado; ineficiência nos remédios disponíveis em caso de o Membro ofensor falhar no cumprimento da sanção¹³³.

O conceito de “acesso à justiça” está ligado à ideia de que os Membros da OMC podem exercer o direito de reclamar direitos, mas o SSC “deve produzir soluções que sejam socialmente justas¹³⁴”. O SSC pode ser considerado democrático pelo fato de todos os Membros terem direito a acessá-lo quando julgarem ser conveniente. Porém, o direito ao acesso efetivo deve se estender ao acesso a todos os mecanismos de que o sistema dispõe independente da capacidade econômica do Membro e de relações de poder no âmbito político e comercial.

Reconhece-se a iniciativa da OMC em prestar assistência jurídica perante o OSC a países em desenvolvimento e em menor desenvolvimento relativo, por meio do Centro Consultivo sobre Direito da Organização Mundial do Comércio (ACWL, sigla em inglês), mas “embora a existência do Centro Consultivo da OMC tenha ajudado, as submissões feitas no contexto da reforma do OSC apontam que este ainda não oferece um acesso realista

¹³³ FARIAS, Inez Lopes Matos C. Apresentação sobre: O Brasil e o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Minicurso de extensão – O Brasil e os Tribunais Internacionais: entre o direito interno e o direito internacional. **Grupo de pesquisa Crítica & Direito Internacional da Universidade de Brasília**. 2013. Disponível em: <<http://cdiunb.files.wordpress.com/2013/01/a-atuac3a1e28886o-do-brasil-no-e280a1rge28886o-de-soluc3a1e28886o-de-controvc3a7rsias-da-omc-modo-de-compatibilidade.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

¹³⁴ Id. **Órgão de Solução de Controvérsias da OMC: acesso aos países em desenvolvimento?**, prelo da Revista Direito.UnB do volume 1, número 2 (2014).

para muitos Estados¹³⁵”. A dificuldade de acesso à jurisdição pelos Membros põe em xeque a efetividade do sistema. Segundo McRae, citado por Inez Lopes: “um sistema em que a maioria dos membros não tem acesso ao sistema de solução de controvérsias não pode ser considerado como um sistema efetivo¹³⁶”.

A efetividade do sistema pode ser analisada também pelo cumprimento das decisões proferidas pelo mecanismo de solução de controvérsias. No tocante à implementação de medidas e sanções aplicadas no âmbito do SSC, é interessante mencionar que a OMC não faz uso da força e dispõe de poucos meios coercitivos que possibilitam induzir o cumprimento das decisões e recomendações de seus órgãos¹³⁷. O OSC não tem caráter punitivo em relação ao Membro violador das normas da OMC. Ele apenas estimula o cumprimento de uma decisão e recomenda maneiras para que a prática inconsistente com as normas da OMC se tornem adequadas com as regras da organização. Como dispõe o artigo 21.1 do ESC: “O pronto cumprimento das recomendações e decisões do OSC é fundamental para assegurar a efetiva solução das controvérsias, em benefícios de todos os membros.”

Os Membros OMC, de fato, reconhecem a eficácia do sistema de solução de controvérsias. No entanto, Liriam Kiyomi Tiujo critica que:

Fatores como a falta de transparência, o retardamento no imediato cumprimento (*prompt compliance*) das decisões e, principalmente, a profunda assimetria de seus integrantes, que acaba influenciando na efetividade processual, contribuem para o enfraquecimento do ESC como marco regulatório¹³⁸.

Ainda seguindo o pensamento de Liriam Tiujo, mesmo que as normas do ESC tenham efeito *erga omnes*, o processo de implementação de medidas é deficitário, pois beneficia uns em detrimento de outros¹³⁹. A efetividade da retaliação como forma de sanção pelo descumprimento de medidas é também bastante criticada, pois acarreta em restrições comerciais contrariando o objetivo da OMC de liberalizar o comércio e facilitar o aumento

¹³⁵ MCRAE, Donald. Measuring the Effectiveness of the WTO Dispute Settlement System. Asian Journal of WTO & International Health Law and Policy, Vol. 3, No. 1, p.12. Disponível em:

<<http://ssrn.com/abstract=1140452>>. apud. FARIAS, Inez L. M. C. **Órgão de Solução de Controvérsias da OMC: acesso aos países em desenvolvimento?**, prelo da Revista Direito.UnB do volume 1, número 2 (2014).

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ MARQUES, Camila Dias. Afinidades e diferenças entre os sistemas de solução de controvérsias da OMC e do MERCOSUL. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 15 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,afinidades-e-diferencas-entre-os-sistemas-de-solucao-de-controversias-da-omc-e-do-mercosul,46721.html>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

¹³⁸ TIUJO, Liriam Kiyomi. O Sistema de Solução de Controvérsias. In: BARRAL, Welber Oliveira (Org.). **Negociações comerciais multilaterais: a Trade Promotion Authority e os interesses brasileiros**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p.40.

¹³⁹ Id.

do acesso aos mercados. E mais, levando-se em conta as assimetrias entre os Membros, há o receio, principalmente por parte dos PED e PMD, de retaliações políticas e econômicas.

3.2 Breve análise da utilização do Mecanismo pelos Membros

A proposta desta seção é fornecer informações sobre a participação dos países no mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio. A partir de um estudo minucioso dos contenciosos levados ao Órgão de Solução de Controvérsias, apresenta-se dados referentes ao quantitativo de consultas, painéis, apelação e participantes, às condições de participação dos Membros, ao nível de atuação e às normas jurídicas questionadas.

Desde a criação do sistema de solução de controvérsias da OMC, apontado como o mais produtivo e eficaz de todos os sistemas internacionais de solução de conflitos, já foram registrados 485 casos¹⁴⁰, 222 painéis estabelecidos e 126 apelações¹⁴¹.

Dos 485 casos, a OMC dispõe atualmente de 151 disputas em fase de consultas e 20 com painéis já criados, no entanto, à espera da seleção de painelistas pelo OSC. Além disso, há 20 casos com painéis compostos, mas os relatórios de painel ainda não foram adotados ou apelados, e um caso com o relatório de painel disponível aos Membros. Cinco disputas estão sendo revisadas pelo Órgão de Apelação, mas nenhum relatório do Órgão de Apelação já está disponível aos países Membros. Há também 28 casos resolvidos devido à adoção de relatórios de painel ou apelação. Em 26 disputas, relatórios de painel ou apelação foram adotados com recomendação para trazer medidas em conformidade com as normas da

¹⁴⁰ Dado extraído do site da OMC, referente ao período de 1995 a novembro de 2014. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_current_status_e.htm>. Acesso em: 08 nov. 2014.

¹⁴¹ Quanto aos índices referentes à apelação:

O número do ano de 1997 inclui duas notificações de apelação, com assuntos correlatos, que foram apresentadas ao mesmo tempo, mas contadas separadamente: *EC– Hormones (Canada)* e *EC– Hormones (US)*. O Órgão de Apelação apreciou esses recursos conjuntamente divulgando um único relatório.

Sobre 1999, esse número exclui uma notificação de apelação que foi retirada pelos Estados Unidos, que, posteriormente, apresentou outra notificação, em relação ao mesmo relatório do painel: *US– FSC*.

O índice de apelações relacionado ao ano de 2000 inclui duas notificações, com assuntos conexos, que foram apresentadas ao mesmo tempo, mas contadas separadamente: *US– 1916 Act (EC)* e *US– 1916 Act (Japan)*. Foi divulgado um único relatório do Órgão de Apelação em relação às apelações.

O dado apurado em 2001 exclui uma notificação de apelação que foi retirada pelos Estados Unidos, que depois apresentou outra notificação de apelação, em relação ao mesmo relatório do painel: *US– Line Pipe*.

O número concernente a 2002 inclui uma notificação de apelação que foi posteriormente retirada: *India– Autos*; e exclui uma notificação de apelação retirada pelas Comunidade Europeia, mas que, logo, apresentou outra apelação em relação com o mesmo relatório do painel: *EC– Sardines*.

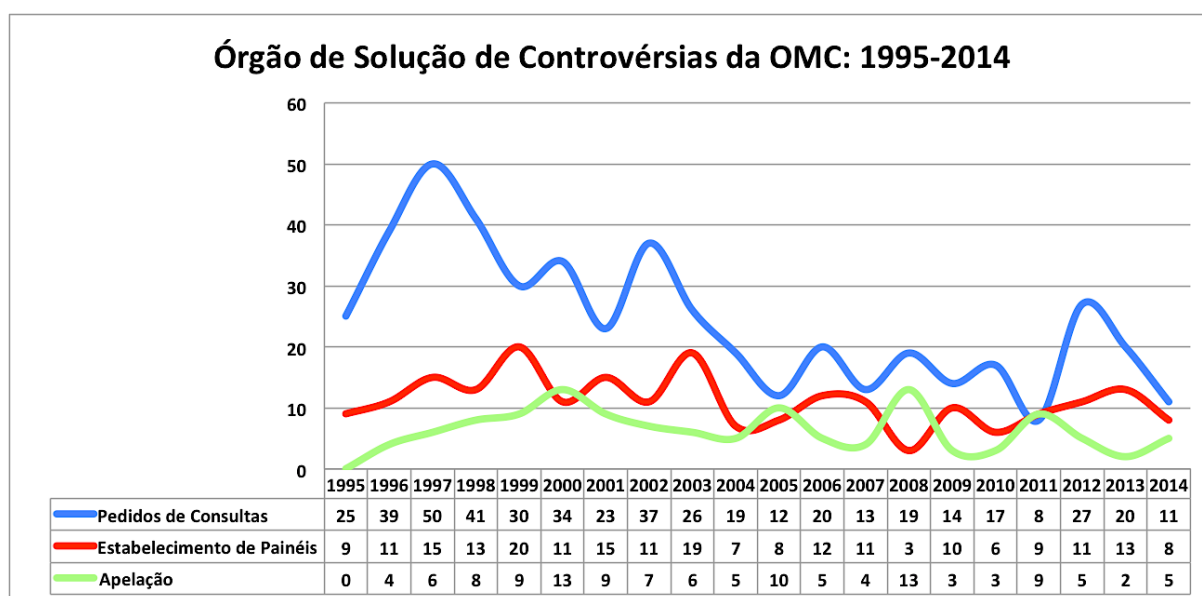
A respeito de 2003, o número indicado exclui uma notificação de apelação que foi retirada pelos Estados Unidos, que, logo, apresentou outro recurso, em relação ao mesmo relatório do painel: *US– Softwood Lumber IV*.

Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_e.htm>. Acesso em: 08 nov. 2014.

OMC. As partes reclamadas implementaram as recomendações do OSC em 88 casos. Até hoje, ocorreram 23 acordos na implementação de recomendações e 4 autorizações concedidas para a parte reclamante retaliar. Ademais, 92 dos 485 casos foram resolvidos ou finalizados, seja porque foram retirados por uma das partes ou porque se chegou a uma solução mutuamente acordada¹⁴².

O gráfico abaixo fornece uma visão geral quanto ao número de disputas perante a OMC desde a sua criação.

Figura 3



Fonte: OMC e ICTSD. Dados obtidos em 08/11/2014.

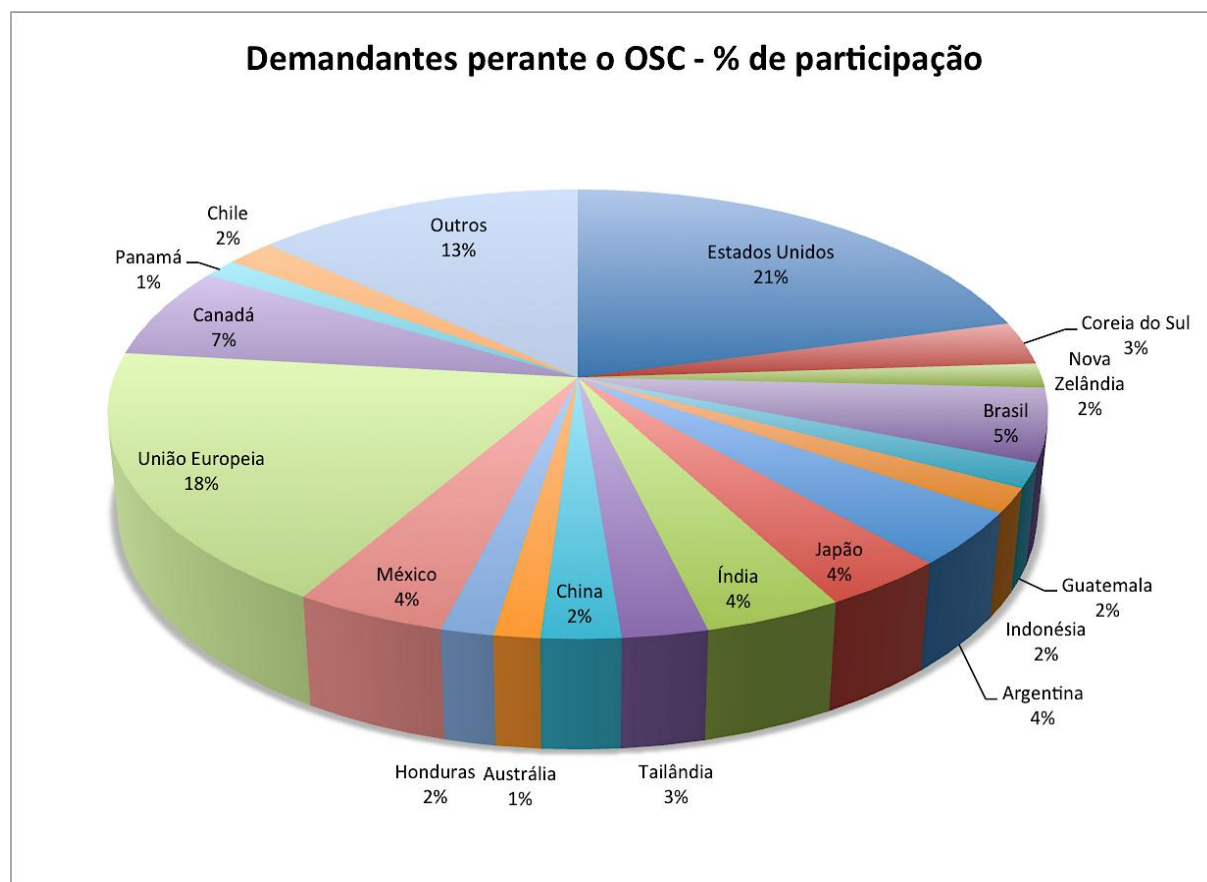
Nota-se que, nos primeiros cinco anos, foram apresentados à OMC 185 pedidos de consultas, enquanto que nos cinco anos mais recentes foram apenas 85. Somente no ano de 1997 foram 50 pedidos, o maior número registrado em toda a trajetória do atual sistema de solução de controvérsias, sendo oito deles apresentados por países latino-americanos. Desde então, observa-se uma inconstante alternância na quantidade de solicitações desta natureza. Destacam-se, no entanto, três momentos em que houve aumentos significativos no índice de disputas iniciadas: são os anos 2000, 2002 e 2012, que tiveram 34, 37 e 27 registros de consultas, respectivamente. Nesta mesma ordem, foram 12, 11 e 9 pedidos iniciados por países da América Latina.

¹⁴² Dados disponíveis em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_current_status_e.htm>. Acesso em: 08 nov. 2014.

Outro dado relevante é que, dos 160 Membros da OMC, 101 deles já utilizaram o Sistema de Solução de Controvérsias. Nesse sentido, é importante mencionar que apenas 30% dos Membros já utilizaram o sistema como reclamantes, 32,5% como demandados e 51,87% como terceiros interessados (ver anexo C). Todavia, o acesso a este sistema ainda está concentrado em poucos países mesmo com as significativas transformações que ocorreram desde o sistema do GATT até se chegar ao mecanismo atual da OMC. Logicamente, os países mais ativos como demandantes são países desenvolvidos. Os Estados Unidos, a União Europeia, o Canadá e o Japão são responsáveis por 52,37% dos pedidos perante o OSC, totalizando 254 casos.

A figura 4 mostra a participação, em porcentagem, dos reclamantes mais ativos em face do sistema.

Figura 4¹⁴³



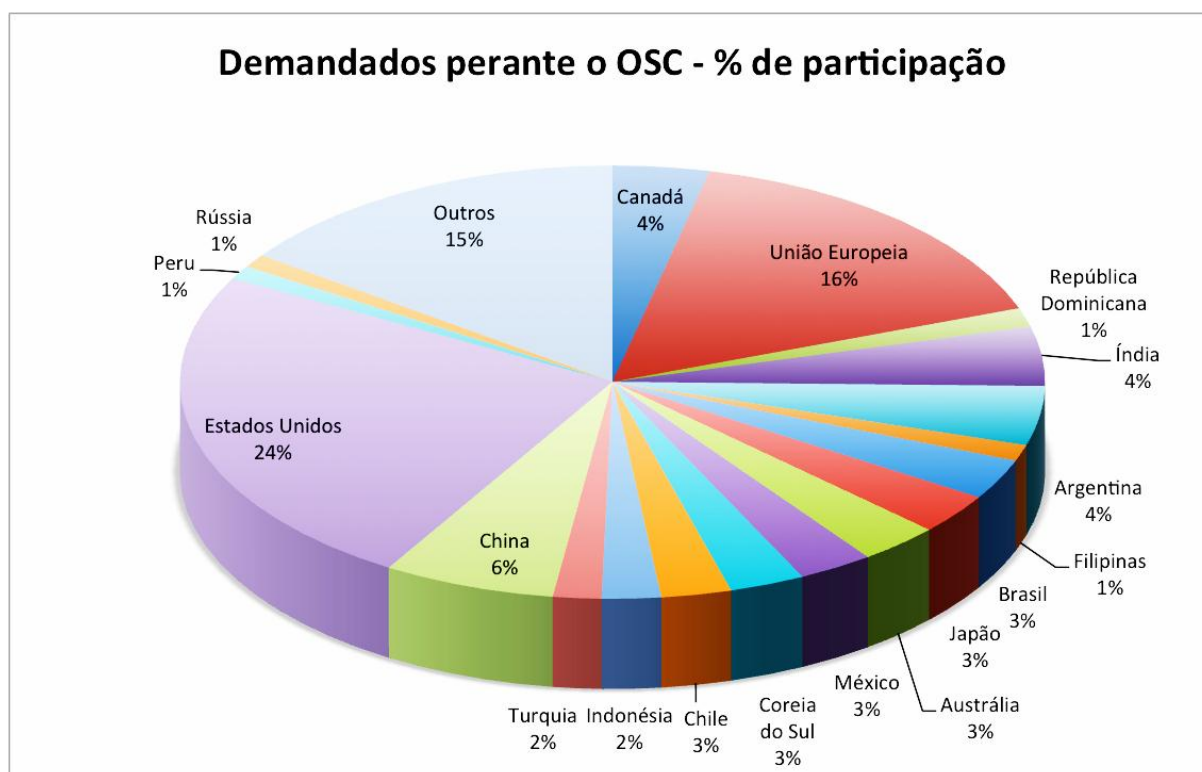
Fonte: OMC. Dados obtidos em 08/11/2014.

¹⁴³ As figuras 4, 5 e 6 foram baseadas nos dados retirados do artigo: FARIAS, Inez Lopes Matos C. **Órgão de Solução de Controvérsias da OMC: acesso aos países em desenvolvimento?**, prelo da Revista Direito.UnB do volume 1, número 2 (2014).

Apesar disso, é possível constatar também que os países em desenvolvimento acionam frequentemente o OSC. É o caso da Argentina, Brasil, Chile, China, Índia, Indonésia, México, Tailândia, Guatemala, Honduras, Panamá, Colômbia, Costa Rica e Filipinas, que são demandantes em 174 reclamações, o equivalente a 35,87% dos casos (ver figura 4 e anexo C).

Verifica-se também uma tendência crescente a respeito da participação dos países da América Latina e do Caribe no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, principalmente se comparada com o GATT 1947¹⁴⁴. Em parte, porque tem havido uma expansão da competitividade entre os países no mercado global. Nota-se que, dos dez maiores usuários do sistema, o Brasil encontra-se em 4º lugar no ranking mundial de Membros reclamantes, seguido do México na 5ª posição e da Argentina na 7ª colocação. Dos países menos desenvolvidos, somente Bangladesh protagonizou uma reclamação (WT/DS306).

Figura 5



Fonte: OMC. Dados obtidos em 08/11/2014.

¹⁴⁴ SÁEZ, Sebastián; ALMEIDA, Juliana Salles. Avaliação das controvérsias na OMC e a participação da América Latina. **International Centre for Trade and Sustainable Development, Pontes**, vol. 2, n. 4. 18 set. 2006. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/avalia%C3%A7%C3%A3o-das-controv%C3%A9rsias-na-omc-e-a-participa%C3%A7%C3%A3o-da-am%C3%A9rica-latina>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

Como se observa na figura acima, em relação aos países que têm que se defender nos litígios internacionais em matéria de comércio, somente os Estados Unidos e a União Europeia juntos receberam 200 reclamações, o que equivale a 41,23% dos casos. No que se refere à América Latina, os principais demandados são a Argentina (22), o Brasil (15), o México (14) e o Chile (13). É importante salientar que a participação dos países africanos praticamente nula, com exceção da África do Sul e do Egito que estão envolvidos em quatro reclamações cada. Isto se dá principalmente ao fato de que acionar o sistema gera custos altos cujos países que têm dificuldade em arcar.

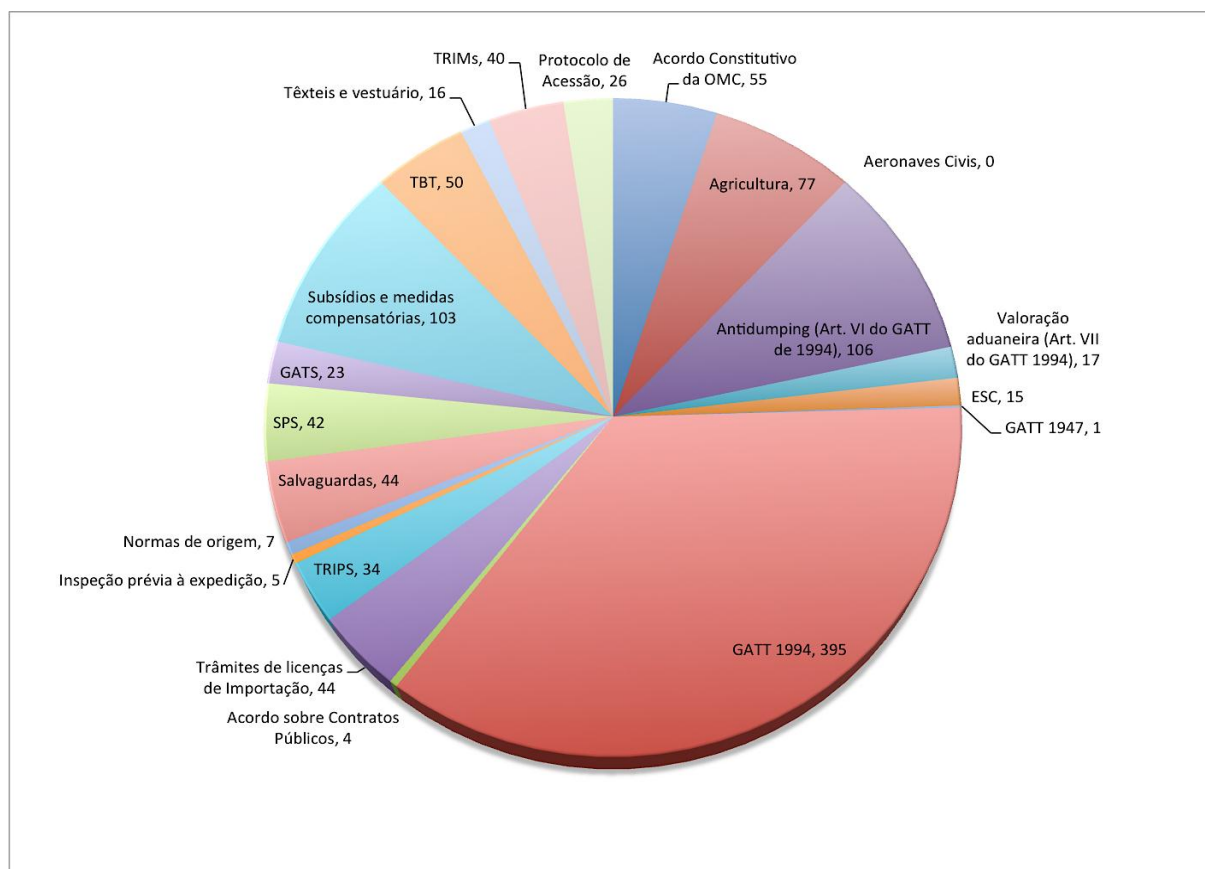
Outra forma de atuar ante o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC é na condição de terceiro interessado, como estabelece o artigo 10 do ESC¹⁴⁵. O país que mais se vale dessa prerrogativa é o Japão, com 147 casos. Atrás dele está a União Europeia, envolvida em 144, e os Estados Unidos com 117. Ao contrário da África do Sul que atuou em seis casos, os demais países do BRICS foram bem atuantes. O Brasil com 87 casos, a China com 113, a Índia com 101 e a Rússia, que aderiu recentemente à OMC, com 17 disputas. Embora ainda haja uma enorme assimetria no sistema multilateral de comércio, diferentemente do que mostram os índices referentes às partes demandantes e demandadas, os países menos desenvolvidos demonstram uma maior participação como terceiros interessados. Estes países estão envolvidos em 26 casos. Destaca-se ainda, a participação dos países africanos que representa somente 11,34% dos 485 contenciosos, correspondente a 55 casos. O Egito (7), a África do Sul (6), Maurício (6), Nigéria (6) e Zimbábue (6) são os mais ativos; enquanto Madagascar está em 4 casos, Quênia, 3; Chade, 1; Costa do Marfim, 4; Senegal, 2; Gana, 1; Namíbia, 1; Suazilândia, 3; Tanzânia, 3; e Zâmbia, 2.

No tocante aos acordos abarcados pela OMC citados nas disputas, a figura V abaixo indica que, de 21 acordos, apenas aquele sobre Aeronaves Civis não foi mencionado em qualquer dos litígios. O gráfico mostra ainda que o GATT 1994 é o acordo mais questionado nos contenciosos, tendo sido apontado em 81,44% deles. É possível notar que os acordos de defesa comercial, isto é, de antidumping (21,85%), subsídios e medidas

¹⁴⁵ Artigo 10, ESC: 1. Os interesses das partes em controvérsia e os dos demais Membros decorrentes do acordo abrangido ao qual se refira a controvérsia deverão ser integralmente levados em consideração no correr dos trabalhos dos grupos especiais. 2. Todo Membro que tenha interesse concreto em um assunto submetido a um grupo especial e que tenha notificado esse interesse ao OSC (denominado no presente Entendimento “terceiro”) terá oportunidade de ser ouvido pelo grupo especial e de apresentar-lhe comunicações escritas. Estas comunicações serão fornecidas às partes em controvérsia e constarão do relatório do grupo especial. 3. Os terceiros receberão as comunicações das partes em controvérsia apresentadas ao grupo especial em sua primeira reunião. 4. Se um terceiro considerar que uma medida já tratada por um grupo especial anula ou prejudica benefícios a ele advindos de qualquer acordo abrangido, o referido Membro poderá recorrer aos procedimentos normais de solução de controvérsias definidos no presente Entendimento. Tal controvérsia deverá, onde possível, ser submetida ao grupo especial que tenha inicialmente tratado do assunto.

compensatórias (21,85%) e salvaguardas (9,07%), foram citados em 253 casos. Além disso, outros temas bastante discutidos nas disputas são os referentes à agricultura (15,87% dos casos), às barreiras técnicas (10,30%) e às medidas em matéria de investimentos (8,24%).

Figura 6
Acordos questionados nos contenciosos da OMC



Fonte: OMC. Dados obtidos em 08/11/2014.

3.2.1 Participação do Brasil

O Brasil tem se destacado, nos últimos anos, como um dos principais atores do sistema de solução de controvérsias da OMC. Além disso, sua frequente participação é notória entre os países em desenvolvimento. Como assevera Ivan Oliveira, a política externa brasileira tem, há décadas, focado na defesa do multilateralismo, aliada a princípios constitucionais como o da independência nacional e da solução pacífica dos conflitos¹⁴⁶.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A Atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: o caso do contencioso do algodão contra os EUA. **Boletim de Economia e Política Internacional – IPEA**, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100622_boletim_internacional02_cap3.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2014.

Considerando os 160 Membros da OMC, o país ocupa o quarto lugar na lista de países mais ativos como demandantes, sendo o mais atuante da América Latina, e a oitava posição como demandado, assim como terceiro interessado. Mediante análise dos dados apresentados no Anexo C, é possível afirmar que o Brasil está envolvido em 5,56% das controvérsias da OMC na condição de parte reclamante, 3,09% como reclamado e 17,52% como terceiro interessado. Dos 27 contenciosos em que o Brasil está envolvido como demandante, em 9 houve decisão do Órgão de Apelação e em 5 casos houve acordo de mútua satisfação.

Importa ressaltar que o primeiro caso complexo que o Brasil enfrentou na OMC foi o caso Proex, proveniente de uma reclamação feita pelo Canadá que questionava o instrumento de financiamento às exportações de aeronaves fabricadas pela EMBRAER¹⁴⁷. Após o Brasil ser derrotado neste contencioso, o país passou a criticar o mecanismo de solução de controvérsias da OMC, visto que “era nítido um viés pró-países desenvolvidos e uma falta de familiaridade com novos atores ‘emergentes’ do mundo em desenvolvimento.”¹⁴⁸

Nesse sentido, Ana Cristina Pereira cita o Durval de Noronha Goyos Jr., que declarou que:

a divisão jurídica do secretariado da OMC – que na realidade influencia decisivamente o sistema de resolução de disputas – é controlado pelos países desenvolvidos. De fato, nos autos da fé da OMC, os países em desenvolvimento são submetidos a uma sistemática processualística falha, grotesca e bizarra, em que não há um processo físico e nem uma nomenclatura jurídica adequada¹⁴⁹.

A figura 7 permite visualizar o desempenho brasileiro perante o SSC. Nota-se que a maior parte das reclamações brasileiras levadas à OMC são dirigidas aos Estados Unidos, que está relacionado a um total de 10 disputas. O segundo alvo de reclamações do Brasil é a União Europeia que está envolvida em 7 casos.

¹⁴⁷ Para mais informações sobre o caso ver: PEREIRA, Celso de Tarso. **Litigar, Ameaçar, Retaliar: Elementos para a Diplomacia Comercial Brasileira na OMC**. Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2013. p.29-35.

¹⁴⁸ Ibid. p. 31.

¹⁴⁹ PEREIRA, Ana Cristina Paulo. op. cit. p.58.

Figura 7
Mapa de disputas entre o Brasil e outros Membros da OMC



Fonte: OMC

É certo que país se mostra bastante atuante por possuir meios para acionar o SSC, tendo em vista a onerosidade do sistema. Para isso, o Brasil conta com uma delegação diplomática permanente em Genebra e com a Coordenação Geral de Contenciosos (CGC) no Ministério das Relações Exteriores, que articulam com outros órgãos do governo federal e com o setor privado para tornar possível a defesa dos interesses econômicos do país. A qualidade técnica do Brasil na preparação de contenciosos demonstra a relevância que o país possui para funcionamento do sistema multilateral de comércio.

Diante da intensa participação do Brasil no mecanismo de solução de controvérsias, Ivan Oliveira afirma que:

A destacada participação brasileira no sistema de solução de diferenças comerciais coaduna-se com a atuação do país em defesa do multilateralismo comercial. O reforço da institucionalidade e da capacidade de *enforcement* das regras multilaterais parece ser um elemento de importância para a inserção do Brasil no quadro do comércio internacional, com maior estabilidade e previsibilidade de regras. Tal ação vincula-se igualmente à estratégia brasileira de formação de coalizões entre países em desenvolvimento no intuito de estruturar interesses para influenciar a agenda negociadora, ou seja, para que novas regras para o comércio internacional sejam criadas de forma mais equilibrada¹⁵⁰.

¹⁵⁰ OLIVEIRA, op. cit.

3.3 Análise do “caso do algodão”

Conforme mencionado na seção anterior, os EUA é o Membro da OMC mais confrontado pelo Brasil no OSC. O Contencioso do Algodão (WT/DS 267)¹⁵¹, em especial, merece destaque, pois seus desdobramentos fizeram do Brasil uma referência mundial em litígios do comércio internacional¹⁵². Ademais, conforme declarado por Ivan Oliveira¹⁵³, o contencioso:

fornece elementos que auxiliam a pensar a importância do mecanismo de solução de conflitos no quadro do sistema multilateral e a sua relação com a legitimidade e a consistência do próprio sistema, particularmente vinculada à atuação de países em desenvolvimento.

3.3.1 O contencioso: 12 anos de disputa¹⁵⁴

Há anos a produção brasileira de algodão vinha sofrendo prejuízos significativos provocados pelos subsídios fornecidos pelo governo americano a seus produtores. Diante disso, a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Governo brasileiro optaram por questionar os Estados Unidos perante a OMC, em 2002, quanto à legalidade dos programas de subsídios norte-americanos em relação às normas de comércio multilateral.

Questionar os subsídios agrícolas americanos era um feito inédito naquela época devido à “cláusula de paz”, prevista no artigo 13 do Acordo de Agricultura (AA) que impedia os Membros de acionarem “os subsídios agrícolas no sistema de solução de controvérsias da OMC e também de fazer uso de qualquer medida de compensação durante um período de nove anos, que foi de 1995 a 2003”¹⁵⁵. Juntaram-se a esta disputa: Argentina,

¹⁵¹ DS 267: *United States — Subsidies on Upland Cotton (Complainant: Brazil)*. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds267_e.htm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

¹⁵² Sobre a importância do caso para o cenário internacional Renata Amaral assevera que: “Não só por causa do interesse de vários membros da OMC, mas também porque ao contrário dos procedimentos de retaliação cruzada aprovados pelo OSC anteriormente, desta vez a ameaça veio de uma grande economia em desenvolvimento.” Ver em: AMARAL, Renata Vargas. **Retaliação Cruzada na OMC: Efetividade e Reflexões sobre o Contencioso do Algodão**. 14 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.barralmjorge.com.br/pagina.php?id=807>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

¹⁵³ OLIVEIRA, op. cit.

¹⁵⁴ O relato sobre o caso, apresentado nesta seção, foi baseado em informações contidas no Relatório Biênio 2013-2014 da ABRAPA referente ao contencioso do algodão.

¹⁵⁵ OLIVEIRA, op. cit.: “No entanto, [...] o Brasil deu entrada nos procedimentos de consulta e abertura de painel contra os subsídios norte-americanos ao algodão ainda com a cláusula de paz em vigor. Isto aconteceu porque tanto no painel quanto no Órgão de Apelação interpretou-se que esta cláusula não se aplicava a uma série de medidas de proteção realizadas pelos EUA, inclusive as medidas de apoio interno ao algodão. Com esta decisão do Órgão de Solução de Controvérsias, deu-se prosseguimento ao processo contencioso, um

Austrália, Benin, Canadá, Chade, China; Taiwan; Comunidade Europeia; Índia; Nova Zelândia; Paquistão; Paraguai; Venezuela; Japão e Tailândia.

Após o pedido de consultas, o caso passou a ser apreciado por um painel, estabelecido em 2003. No ano seguinte, o grupo especial circulou entre os Membros o relatório final, o qual a parte reclamada apelou. O Órgão de Apelação elaborou um relatório que foi adotado pelo OSC, em 2005, no qual continha recomendações para eliminar imediatamente os efeitos dos subsídios agrícola e adequar as medidas de violação ao AA. Diante do não cumprimento de tais recomendações por parte dos EUA, o Brasil solicitou perante o OSC autorização para retaliar. Este pedido foi fortemente contestado pelo governo americano, o que levou o caso aos procedimentos de arbitragem, mas logo foram suspensos.

Na ausência de qualquer acordo mútuo durante a arbitragem, em 2006, o Brasil solicitou a formação de um painel de implementação para que os EUA respondessem pela intransigência em não acatar com as decisões do OSC. Posteriormente, o relatório deste painel constatou que os EUA continuavam com sua prática prejudicial ao setor agrícola brasileiro e inconsistente com as normas da OMC – o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias e com o Acordo de Agricultura.

Assim, o Brasil retomou, em 2008, o procedimento arbitral para definir o valor e as formas de retaliação. No ano seguinte, a OMC concedeu ao Brasil o direito de retaliar os EUA na quantia de US\$ 829 milhões. O Brasil foi autorizado, ainda, a aplicar retaliação cruzada sobre serviços e propriedade intelectual, em razão da gravidade das violações cometidas pelos americanos. Com isso, no início de 2010, o governo brasileiro divulgou a lista de retaliação e determinou o prazo para que a suspensão de medidas fosse iniciada. Em resposta, o governo americano propôs um acordo oferecendo um pagamento anual de US\$ 147 milhões para propiciar investimento na cotonicultura brasileira. O referida proposta foi aceita pelo Brasil e a retaliação foi adiada até a realização de uma avaliação da nova Lei Agrícola dos EUA – *Farm Bill* –, prevista para entrar em vigor em 2012, para averiguar a implementação da decisão da OMC. Em virtude do acordo oficializado em maio de 2010, foi criado o Instituto Brasileiro de Algodão (IBA), encarregado de administrar os recursos provenientes dos EUA que eram repassados mensalmente no importe de US\$ 12,3 milhões.

A partir do ano de 2013, o contexto do contencioso mudou. Uma nova *Farm Bill* estava sendo discutida no congresso americano, o que fez com que a ABRAPA se mobilizasse para garantir um acordo mutuamente satisfatório com o *National Cotton*

marco importante para o Brasil, uma vez que se conseguia, por meios legais, acionar os EUA em um tema agrícola antes mesmo da derrogação do prazo estabelecido no AsA [Acordo sobre Agricultura]”.

Council (NCC) a fim de encerrar esta longa disputa. Para tanto, foram apresentadas propostas aos governos de ambos os países por meio de uma carta conjunta (*Joint Letter of Recommendations*) redigida pela ABRAPA e NCC. Dentre as recomendações apresentadas, estavam: modificação das políticas governamentais do algodão, término do Acordo-Quadro Bilateral entre Brasil e EUA e cooperação entre entidades representativas de produtores de algodão de ambos os países¹⁵⁶.

No entanto, devido aos problemas no Orçamento do governo dos EUA, o país decidiu cortar, em setembro de 2013, parte do pagamento mensal destinado ao Brasil. Logo em seguida, os EUA interromperam totalmente os pagamentos, infringindo o Memorando de Entendimento firmado pelos países em 2010 perante a OMC. Além disso, a *Farm Bill* de 2008 havia expirado no mesmo mês em que se iniciaram as inadimplências. Diante desta situação, o Brasil voltou a cogitar a adoção da medida de retaliação. Enquanto isso, o Congresso americano seguia com as discussões sobre a nova Lei Agrícola, que eram monitoradas pela ABRAPA e o MRE.

Ainda em 2013, a ABRAPA buscou assessoria de consultores e advogados com o intuito de pressionar o Governo federal para se manifestar a favor sobre a nova solicitação de retaliação contra os norte-americanos. Depois de acolhido o pedido da Associação, o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) delegou ao grupo técnico de retaliação, já criado em 2009 por resolução do próprio Conselho, o levantamento de possíveis medidas a serem tomadas no âmbito desta controvérsia. Logo, foi aprovada a continuação dos procedimentos retaliatórios que incidiriam basicamente sobre o GATT 1994 e os direitos de propriedade intelectual.

No início de 2014, o novo texto da *Farm Bill* entrou em vigor, substituindo a lei de 2008. A nova Lei Agrícola americana provocou mudanças nos programas agrícolas dos EUA, dando mais destaque a programas de seguro de safra que programas de apoio às *commodities* agrícolas. No que se refere ao algodão, a nova lei estabeleceu duas alternativas de seguro de safra – o *Stacked Income Protection Program* (STAX) e o *Crop Insurance Payment* (CIP). Além disso, os produtores americanos podem se valer do *Marketing Assistance Loan Program* (ML) e do *Transitional Assistance* (TA)¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Informações extraídas do Relatório Biênio 2013-2014 da ABRAPA sobre o contencioso do algodão.

¹⁵⁷ De acordo com o relatório da ABRAPA, o STAX é um programa de seguro-receita contra perdas superficiais (*shallow losses*) exclusivo para produtores de algodão. Trata-se de um seguro adicional ao seguro previsto no programa CIP. Este programa, por sua vez, assegura contra a perda de produção ou de receita do produtor norte-americano. Não é exclusividade dos produtores de algodão, pois pode ser utilizado também para outras *commodities*. O ML já foi previsto em leis agrícolas anteriores, assim como o CIP. O programa garante aos produtores determinado preço mínimo, com pagamentos vinculados à produção atual. Por fim, o TA é um

Paralelamente à aprovação desta lei, a CAMEX autorizou o início de um painel de implementação para levar a *Farm Bill* 2014 a questionamento perante a OMC. Diante da ameaça brasileira de retaliação, o governo americano enviou representantes para negociar a finalização do contencioso sem a necessidade de medida retaliatória. O governo brasileiro entendeu que a tentativa de novas negociações seria mais benéfico aos produtores brasileiros de algodão.

Finalmente, após inúmeras discussões entre os representantes dos dois governos, foi assinado, em 01 de outubro de 2014, o Memorando de Entendimento entre Brasil e os EUA que encerrou, de forma vitoriosa para o Brasil, a disputa relativa ao algodão iniciada de 2002. Ficou acordado que os EUA forneceriam, de imediato, compensações financeiras concretas ao IBA, no importe de US\$ 300 milhões, de forma a amenizar os prejuízos sofridos pelos produtores brasileiros. E mais, os EUA comprometeram-se a realizar modificações no programa de crédito e garantia à exportação GSM-102¹⁵⁸ conforme os termos negociados entre os países, atentando para a cláusula que assegura que o governo norte-americano não concederá garantias para crédito à exportação com prazo superior a 18 meses.

programa de apoio interno aos cotonicultores norte-americanos, exclusivamente para o setor do algodão, e substitui os pagamentos diretos e os *conter-cyclical payments* eliminados na *Farm Bill* de 2014.

¹⁵⁸ O GSM-102 trata-se de um programa que disponibiliza créditos para uma variedade de produtos agrícolas. Para mais informações, ver a página oficial na internet do United States Department of Agriculture (USDA): <<http://www.fas.usda.gov/programs/export-credit-guarantee-program-gsm-102>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

CONCLUSÃO

De um “contrato” provisório entre os Estados – o GATT 1947 –, que perdurou por quase cinco décadas como uma instituição improvisada para viabilizar a redução de tarifas no comércio internacional, passou-se a uma instituição permanente que busca apaziguar as “guerras” comerciais. A criação da OMC, de fato, é um marco histórico para o sistema multilateral de comércio. Afinal, sua estrutura jurídica é essencial para o bom funcionamento das relações comerciais internacionais, considerando-se que uma das condições para uma humanidade pacífica é a prosperidade das nações por meio de uma interdependência econômica.

Na época do GATT 1947, os métodos de solução dos conflitos, apoiados em apenas dois artigos do acordo provisório, eram de natureza diplomática e as Partes Contratantes tinham o poder de investigar e recomendar ações para a resolução de litígios comerciais. No entanto, além do surgimento de uma instituição mais sólida para regular o comércio, houve a necessidade de incluir na pauta da Rodada do Uruguai o aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias, até para prevenir que Estados tomassem medidas unilaterais no âmbito econômico.

Atualmente, são pelos Acordos da OMC, reguladores do sistema multilateral do comércio, que os Estados e territórios aduaneiros, associados a essa organização internacional permanente, buscam defender seus interesses econômicos. O controle dessas regras está previsto no ESC, importante instrumento da OMC que, para garantir maior segurança e previsibilidade ao sistema, dispõe de forma mais elaborada sobre o novo mecanismo de solução de controvérsias.

Como foi demonstrado ao longo do trabalho, o Sistema de Solução de Controvérsias da OM envolve diversas fases e órgãos. O sistema é complexo, pois, segundo Ana Cristina Pereira¹⁵⁹, o ESC é um apanhado de aspectos típicos da *common law* e da *civil law*, dado o consenso entre as tradições jurídicas dos Membros.

O Brasil, mesmo sendo Membro bastante atuante no SSC, levanta uma série de observações críticas quanto ao funcionamento do mecanismo de solução de controvérsias que dificultam afirmar que o SSC é totalmente efetivo na realização de seus objetivos. Dentre as críticas, apontam-se: o alto custo dos procedimentos para países em desenvolvimento; a demora no resultado; a falta de aperfeiçoamento de alguns acordos por desinteresse de países desenvolvidos; a impotência de PEDs e PMDs em sancionar países

¹⁵⁹ PEREIRA, Ana Cristina Paulo. op. cit. p.58.

desenvolvidos, por receio de retaliação política e econômica; e principalmente, a falta de transparência de algumas regras para a implementação das decisões do OSC.

Ao analisar o funcionamento do OSC, responsável por administrar o processo de resolução de disputas, desde o início da existência da OMC, pode-se dizer, portanto, que o SSC vem proporcionando, em parte, eficácia à OMC. O poder de barganha autorizado pela OMC entre os Membros fortalece as relações bilaterais entre os Estados. Todavia, a existência de uma instituição permanente que prevê um sistema para mediar disputas comerciais não é suficiente em si, de modo que é necessário haver uma melhoria das regras do sistema para maior efetividade ao acesso dos Membros ao SSC e à implementação de decisões e recomendações do OSC. Talvez assim, o SSC da OMC seria plenamente eficaz não só na proteção de interesses econômicos, mas também na assistência ao desenvolvimento das nações.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Renata Vargas. **Retaliação Cruzada na OMC: Efetividade e Reflexões sobre o Contencioso do Algodão**. 14 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.barralmjorge.com.br/pagina.php?id=807>>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- AMARAL, Renata Vargas; BARRAL, Welber. Fim da disputa na OMC: uma vitória sem precedentes. Relatório Biênio 2013-2014 da ABRAPA sobre o contencioso do algodão. No prelo 2014.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **A Solução de Controvérsias na OMC**. São Paulo: Atlas, 2008.
- BARRAL, Welber Oliveira. **O comércio internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- _____. De Bretton Woods a Seattle. In: BARRAL, Welber Oliveira (Org.). **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais**. Florianópolis: Diploma Legal, 2000. p.19-39.
- BARRETO, Pedro Henrique. História - Bretton Woods. **Desafios do Desenvolvimento**: a revista de informações e debates do IPEA. Brasília, ano 6, ed. 50, 21 maio 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 10 out. 2014.
- BLIACHERIENE, Ana Carla. Organização Mundial do Comércio: Origens, Princípios, Aspectos Normativos e Institucionais, Método Decisório e Solução de Controvérsias. In: BLIACHERIENE, Ana Carla (Org.). **Defesa Comercial**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p.78-114.
- BRAZ, Mario Sergio Araujo. **Retaliação na OMC**. Curitiba: Juruá, 2006.
- COZENDEY, Carlos Márcio Bicalho. **O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: para além dos contenciosos, a política externa**. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LX%20CAD/Direito/5_Artigo_Contenciosos_OMC_Diretor_DEC.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.
- CARVALHO, Evandro Menezes de. **Organização Mundial do Comércio: cultura jurídica, tradução e interpretação**. Curitiba: Juruá, 2006.
- FAIS, Juliana Marteli. A Organização Mundial do Comércio e o Desenvolvimento. In: BARRAL, Welber Oliveira; PIMENTEL, Luiz Otávio (Org.). **Comércio Internacional e Desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p.115-140.
- FARIAS, Inez Lopes Matos C. Apresentação sobre: O Brasil e o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Minicurso de extensão – O Brasil e os Tribunais Internacionais: entre o direito interno e o direito internacional. **Grupo de pesquisa Crítica & Direito Internacional da Universidade de Brasília**. 2013. Disponível em: <<http://cdiunb.files.wordpress.com/2013/01/a-atuac3a1e28886o-do-brasil-no>>

e280a1rge28886o-de-soluc3a1e28886o-de-controvc3a7rsias-da-omc-modo-de-compatibilidade.pdf >. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. **Órgão de Solução de Controvérsias da OMC: acesso aos países em desenvolvimento?**, prelo da Revista Direito.UnB do volume 1, número 2 (2014).

FERRACIOLI, Paulo. **Do GATT à OMC: a Regulação do Comércio Internacional**. 2007. Disponível em: <<http://www.cepal.org/dmaah/noticias/paginas/9/28579/OMCna.pdf>> Acesso em: 26 out. 2014.

JACKSON, John H. **Dispute Settlement and the WTO. Background note for conference on developing countries and the new round multilateral of trade negotiations**. Cambridge: Harvard University Press. Disponível em: <http://www.iatp.org/files/Dispute_Settlement_and_the_WTO.pdf>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. **The World Trade Organization: Constitution and Jurisprudence**. London: the Royal Institute of International Affairs, 1998.

JUNQUEIRA, Carla. Regras Processuais e Procedimentos de Solução de Controvérsias da OMC. In: LIMA, Maria Lúcia Labate Mantovanini Padua; ROSENBERG, Barbara (Org.). **Solução de Controvérsias: o Brasil e o Contencioso na OMC**. Tomo II. São Paulo: Saraiva, 2009. p.265-276.

KLOR, Adriana Dreyzin de. et al. **Solução de controvérsias: OMC, União Europeia e Mercosul**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004. p.15-6. Disponível em: <<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/03300.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

MARQUES, Camila Dias. Afinidades e diferenças entre os sistemas de solução de controvérsias da OMC e do MERCOSUL. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 15 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,afinidades-e-diferencas-entre-os-sistemas-de-solucao-de-controversias-da-omc-e-do-mercosul,46721.html>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MDIC. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial de Comércio**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/omc/acordos/portugues/02estabeleceomc.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. A Atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: o caso do contencioso do algodão contra os EUA. **Boletim de Economia e Política Internacional – IPEA**, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100622_boletim_internacional02_cap3.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2014.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo. Solução de Controvérsias na OMC: Teoria e Prática. In: PEREIRA, Ana Cristina Paulo. **Direito Internacional do Comércio: Mecanismos de**

Solução de Controvérsias e Casos Concretos na OMC. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. p.1-62.

PEREIRA, Celso de Tarso. **Litigar, Ameaçar, Retaliar: Elementos para a Diplomacia Comercial Brasileira na OMC.** Curso de Altos Estudos pelo Instituto Rio Branco. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2013.

PEREIRA, Wesley Robert. Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio. **Conjuntura Internacional** – Boletim da PUC de Minas, set. 2005. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CES_ARQ_DESCR20050927090630.pdf. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. OMC: estrutura institucional. **Conjuntura Internacional** – Boletim da PUC de Minas, PUC de Minas, out., 2005. p.2. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CES_ARQ_DESCR20051025125214.pdf?PHPSESSID=b150859d0ce11cc87aeab9ad9448ba17. Acesso em: 10 out. 2014.

PETERSMANN, Ernst-Ulrich. **The GATT/WTO dispute settlement system: international law, international organizations, and dispute settlement.** London: Kluwer Law International Ltd, 1997.

PINHEIRO, Silvia Marina. **Responsabilidade Internacional dos Estados na OMC.** São Paulo: Aduaneiras, 2007.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. O Sistema de Solução de Controvérsias. In: BARRAL, Welber Oliveira (Org.). **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais.** Florianópolis: Diploma Legal, 2000. p.41-67.

ROSENBERG, Barbara. Revisitando o escopo e a função do mecanismo de solução de controvérsias da OMC: segurança e previsibilidade no sistema multilateral de comércio. In: LIMA, Maria Lúcia Labate Mantovanini Padua; ROSENBERG, Barbara (Org.). **Solução de controvérsias: O Brasil e o contencioso na OMC.** Tomo I. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 91-123.

SÁEZ, Sebastián; ALMEIDA, Juliana Salles. Avaliação das controvérsias na OMC e a participação da América Latina. **International Centre for Trade and Sustainable Development, Pontes**, vol. 2, n. 4. 18 set. 2006. Disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/avalia%C3%A7%C3%A3o-das-controv%C3%A9rsias-na-omc-e-a-participa%C3%A7%C3%A3o-da-am%C3%A9rica-latina>. Acesso em: 05 nov. 2014.

SALDANHA, Carolina. A Defesa Comercial na Organização Mundial do Comércio. In: LIMA, Maria Lúcia Labate Mantovanini Padua; ROSENBERG, Barbara (Org.). **Solução de Controvérsias: o Brasil e o Contencioso na OMC.** Tomo II. São Paulo: Saraiva, 2009. p.3-51.

SILVEIRA, REBECA. **O mecanismo de solução de controvérsias da OCM.** Tese de graduação. Disponível em:

<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2007_1/rebecca_silveira.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2014.

TIUJO, Liriam Kiyomi. O Sistema de Solução de Controvérsias. In: BARRAL, Welber Oliveira (Org.). **Negociações comerciais multilaterais: a Trade Promotion Authority e os interesses brasileiros**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. p.33-52.

The United States Department of Agriculture (USDA). **GSM 102 Program**. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/programs/export-credit-guarantee-program-gsm-102>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

THORSTENSEN, Vera. A OMC - Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre investimentos e concorrência. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. 1, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2014.

UNITED NATIONS (2003). **Curso de Solução de Disputas em Comércio Internacional, Investimento e Propriedade Intelectual**. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/edmmisc232add11_pt.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

VAN DEN BOSSCHE, Peter. **The Law of the World Trade Organization**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2008.

WTO. **2013 In WTO Dispute Settlement**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/jfried13_e.htm>. Acesso em: 5 nov. 2014.

_____. **DS 267: United States — Subsidies on Upland Cotton (Complainant: Brazil)**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds267_e.htm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. **GATT reports list**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/gt47ds_e.htm>. Acesso em: 19 out. 2014.

_____. **GATT 1947**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/gatt47_01_e.htm>. Acesso em: 02 out. 2014.

_____. **GATT 1994**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/06-gatt_e.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **GATS**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/26-gats_01_e.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Over the view of the Secretariat**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/secre_e/intro_e.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. **Procedures for the appointment of Directors-General.** Documento WT/L/509 Disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/FE_Search/FE_S_S001.aspx>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. **Statistical information on appeals in the WTO.** Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/stats_e.htm>. Acesso em: 5 nov. 2014.

_____. **Who we are.** Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/who_we_are_e.htm>. Acesso em: 28 set. 2014.

_____. **Members and Observers.** Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. **The WTO in brief.** Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/inbrief_e/inbr00_e.htm>. Acesso em: 28 set. 2014.

_____. **TRIPS.** Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/27-trips.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **WTO Organization Chart.** Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org2_e.htm>. Acesso em: 08 out. 2014.

ANEXO A

ACORDO CONSTITUTIVO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO

Anexo 1

Anexo 1A: Acordos Multilaterais sobre o Comércio de Bens

- Acordo Geral de Tarifas e Comércio 1994
- Acordo sobre Agricultura
- Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
- Acordo sobre Têxteis e Vestuário
- Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio
- Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio
- Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994
- Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994
- Acordo sobre Inspeção Pré-embarque
- Acordo sobre Regras da Origem
- Acordo sobre Procedimentos para Licença de Importação
- Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias
- Acordo sobre Salvaguardas

Anexo 1B: Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços e Anexos

Anexo 1C: Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio

Anexo 2: Entendimento sobre as regras e procedimentos para Solução de Controvérsias

Anexo 3: Mecanismo de Revisão de Política Comercial

Anexo 4: Acordos Plurilaterais de Comércio

Acordo sobre o Comércio de Aeronaves Civis

Acordo sobre Compras Governamentais

Fonte: VAN DEN BOSSCHE, 2008, p.43.

ANEXO B

Funcionários por sexo e nacionalidade

País	Mulheres	Homens	Total
África do Sul	0	1	1
Albânia	1	0	1
Alemanha	7	12	19
Argentina	4	6	10
Austrália	5	5	10
Áustria	2	3	5
Bangladesh	0	1	1
Barbados	0	1	1
Bélgica	3	2	5
Benin	0	1	1
Bolívia	1	2	3
Brasil	3	5	8
Bulgária	0	3	3
Canadá	6	15	21
Chade	0	1	1
Chile	3	1	4
China	6	4	10
Colômbia	4	6	10
Congo	0	1	1
Coreia	4	1	5
Costa do Marfim	0	1	1
Costa Rica	1	1	2
Croácia	1	0	1
Cuba	1	1	2
Dinamarca	1	1	2
Egito	3	2	5
Equador	1	1	2
Espanha	29	14	43
Estados Unidos da América	19	9	28
Estônia	1	0	1
Filipinas	5	7	12
Finlândia	2	3	5
França	101	74	175
Gana	0	1	1
Grécia	3	2	5

Guatemala	1	0	1
Guiné	1	1	2
Holanda	2	4	6
Honduras	1	0	1
Hungria	0	1	1
Índia	2	10	12
Irlanda	10	1	11
Itália	7	9	16
Japão	2	2	4
Jordânia	1	0	1
Malásia	1	2	3
Malawi	0	1	1
Marrocos	1	2	3
Maurício	0	2	2
México	2	4	6
Nigéria	0	1	1
Noruega	0	2	2
Nova Zelândia	1	1	2
Paquistão	0	2	2
Paraguai	1	0	1
Peru	3	4	7
Polônia	2	2	4
Portugal	0	2	2
Quênia	1	0	1
Reino Unido	50	15	65
Romênia	2	0	2
Ruanda	1	1	2
Santa Lúcia	1	0	1
Senegal	0	1	1
Sri Lanka	1	2	3
Suécia	1	2	3
Suíça	22	14	36
Tailândia	0	1	1
Tanzânia	1	0	1
Trinidad e Tobago	1	0	1
Tunísia	2	3	5
Turquia	3	1	4
Uganda	3	0	3

Uruguai	1	6	7
Venezuela	1	4	5
Zâmbia	1	0	1
Zimbábue	1	0	1
Total	349	290	639

Fonte: OMC.

ANEXO C

Participação dos países Membros no Órgão de Solução de Controvérsias

País	Reclamante	Reclamado	Terceiro Interessado
África do Sul	0	4	6
Alemanha	0	2	0
Antígua e Barbuda	1	0	0
Arábia Saudita	0	0	27
Argentina	20	22	52
Armênia	0	1	0
Austrália	7	15	85
Bahrain	0	0	1
Bangladesh	1	0	1
Barbados	0	0	4
Bélgica	0	3	0
Belize	0	0	4
Benin	0	0	1
Bolívia	0	0	1
Brasil	27	15	87
Camarões	0	0	1
Canadá	34	18	97
Chade	0	0	1
Chile	10	13	38
China	12	32	113
Cingapura	1	0	14
Colômbia	5	4	42
Coreia do Sul	16	14	88
Costa do Marfim	0	0	4
Costa Rica	5	0	15
Croácia	0	1	0
Cuba	1	0	18
Dinamarca	1	1	0
Dominica	0	0	3
Egito	0	4	7
El Salvador	1	0	16
Equador	3	3	27
Eslováquia	0	3	0
Espanha	0	3	0
Estados Unidos	107	121	117
Fiji	0	0	3
Filipinas	5	6	14
França	0	4	0
Gana	0	0	1
Granada	0	0	1
Grécia	0	3	0
Guatemala	9	2	34
Guiana	0	0	3
Holanda	0	3	0
Honduras	8	0	26
Hong Kong, China	1	0	13
Hungria	5	2	2
Índia	21	22	101
Indonésia	9	11	13
Irlanda	0	3	0
Islândia	0	0	9
Israel	0	0	7
Itália	0	1	0
Jamaica	0	0	8
Japão	19	15	147
Kuwait	0	0	1
Madagascar	0	0	4
Malásia	1	1	9
Malaui	0	0	6
Maurício	0	0	6
México	23	14	74
Moldávia	1	1	1
Namíbia	0	0	1
Nicarágua	1	2	17
Nigéria	0	0	6
Noruega	4	0	63
Nova Zelândia	9	0	40
Omã	0	0	8

Panamá	7	1	8
Paquistão	3	3	9
Paraguai	0	0	16
Peru	3	5	19
Polônia	3	1	1
Portugal	0	1	0
Quênia	0	0	3
Reino Unido	0	3	0
República Dominicana	1	7	8
República Tcheca	1	2	0
Romênia	0	2	0
Rússia	2	5	17
Santa Lúcia	0	0	3
São Cristóvão e Nevis	0	0	3
São Vicente e Granadinas	0	0	1
Senegal	0	0	2
Sri Lanka	1	0	3
Suazilândia	0	0	3
Suécia	0	1	0
Suíça	4	0	11
Suriname	0	0	1
Tailândia	13	3	69
Taipei, China	4	0	83
Tanzânia	0	0	3
Trinidad e Tobago	0	2	4
Turquia	2	9	64
Ucrânia	3	2	7
União Europeia	94	79	144
Uruguai	1	1	12
Venezuela	1	2	16
Vietnã	2	0	18
Zâmbia	0	0	2
Zimbábue	0	0	6

Fonte: OMC. Dados obtidos em 09/11/2014.